

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 265, DE 2013****(Do Poder Executivo)****MSC 44/2013****AV 126/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 971, de 26 de outubro de 2010, que outorga permissão à Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itagibá, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CF. APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 44

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 698, de 28 de julho de 2010 – Comunicações Alterosas – Rio Doce Ltda., no município de São Gabriel da Palha – ES;
- 2 - Portaria nº 911, de 14 de outubro de 2010 – KRTV – Comunicações Ltda., no município de Iconha – ES;
- 3 - Portaria nº 952, de 15 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Sete Lagoas – MG;
- 4 - Portaria nº 953, de 15 de outubro de 2010 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda., no município de Fervedouro – MG;
- 5 - Portaria nº 969, de 26 de outubro de 2010 – Alô FM – Sociedade Ltda., no município de Francisco Sá – MG;
- 6 - Portaria nº 970, de 26 de outubro de 2010 – Rota Comunicações Limitada, no município de Adamantina – SP;
- 7 - Portaria nº 971, de 26 de outubro de 2010 – Total – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda., no município de Itagibá – BA;
- 8 - Portaria nº 75, de 29 de março de 2011 – Rádio Rio Maxi Ltda., no município de Rio Branco do Sul – PR;
- 9 - Portaria nº 76, de 29 de março de 2011 – RBC – Rede Brasileira de Comunicação Ltda., no município de Monte Azul – MG;
- 10 - Portaria nº 77, de 29 de março de 2011 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pradópolis – SP;
- 11 - Portaria nº 80, de 30 de março de 2011 – Sistema Excelsior de Comunicações Ltda., no município de Ipê – RS;
- 12 - Portaria nº 81, de 30 de março de 2011 – Becker, Castro & Cia Ltda., no município de Erval Seco – RS;
- 13 - Portaria nº 82, de 30 de março de 2011 – Rádio Cabocla Ltda., no município de Fonte Boa – AM;
- 14 - Portaria nº 84, de 30 de março de 2011 – J.H.M. Radiodifusão Ltda., no município de Mandirituba – PR;

15 - Portaria nº 209, de 6 de junho de 2011 – Sistema Monteiro de Comunicação Ltda., no município de Itarema – CE;

16 - Portaria nº 210, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Juazeiro do Norte – CE;

17 - Portaria nº 211, de 6 de junho de 2011 – Rádio e TV Norte Ltda., no município de Conceição do Castelo – ES;

18 - Portaria nº 212, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Marilândia – ES;

19 - Portaria nº 213, de 6 de junho de 2011 – KRTV – Comunicações Ltda., no município de Muniz Freire – ES;

20 - Portaria nº 219, de 6 de junho de 2011 – Ocan Comunicação Digital SE Ltda., no município de São José de Mipibu – RN;

21 - Portaria nº 220, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Rosana – SP;

22 - Portaria nº 273, de 13 de julho de 2011 – Empresa de Comunicação Correio Ltda., no município de Marizópolis – PB;

23 - Portaria nº 275, de 13 de julho de 2011 – Sistema Norte Brasil de Comunicação Ltda., no município de Ouro Preto do Oeste – RO;

24 - Portaria nº 454, de 13 de outubro de 2011 – A2 Comunicações Ltda., no município de Paragominas – PA;

25 - Portaria nº 455, de 13 de outubro de 2011 – A2 Comunicações Ltda., no município de Ourilândia do Norte – PA;

26 - Portaria nº 456, de 13 de outubro de 2011 – A2 Comunicações Ltda., no município de Oeiras do Pará – PA;

27 - Portaria nº 536, de 6 de dezembro de 2011 – Rádio Absoluta FM Ltda., no município de Matão – SP; e

28 - Portaria nº 544, de 6 de dezembro de 2011 – Rádio Ibirapu FM Ltda., no município de Ibirapu – ES.

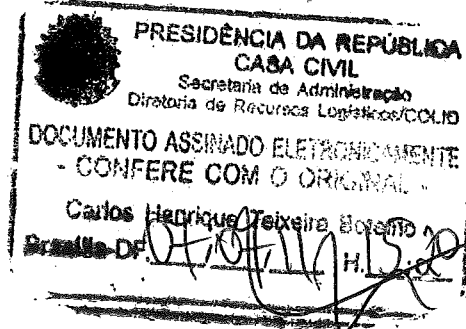
Brasília, 18 de fevereiro de 2013.



FMC

11/07/2011

Port- 971/10



EM nº. 228/2011 - MC

Brasília, 18 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 007/2009-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itagibá, Estado da Bahia.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Total – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda. (Processo nº 53000.059524/2009) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	29/10/10
Página: 229	Seção: 1
ANOTADO POR: Rogério	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 971 , DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.059524/2009, Concorrência nº 007/2009-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à TOTAL – COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itagibá, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR RIQUEARDI LEITE

EM 1228/MC - 2010



CÓPIA 1

ch

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 059524/2009-10

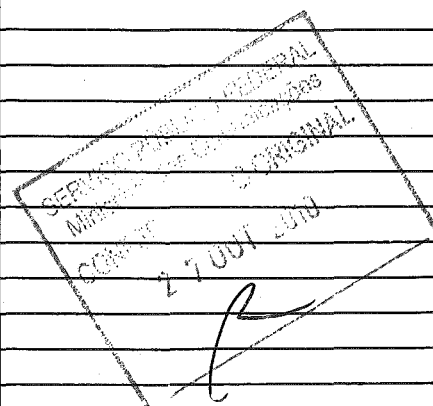
SEPRODEC/LOG/COORDENADORIA

01/12/2009-0019

PROCESSO : 53000.059524/2009-10
PROponente : TOTAL-COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. "Imedora"
CONCORRÊNCIA : 007/2009 - CEL/MC
LOCALIDADE : ITAGIBÁ - BA

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.:	SIGLA	DATA	SEQ.:	SIGLA	DATA
01	Sedec	25/10/10	3		/
02		/ /	3		/
03		/ /	3		/
04		/ /	4		/
05		/ /	4		/
06		/ /	4		/
07		/ /	4		/
08		/ /	44		/
09		/ /	45		/
10		/ /	46		/
11		/ /	47		/
12		/ /	48		/
13		/ /	49		/
14		/ /	50		/
15		/ /	51		/
16		/ /	52		/
17		/ /	53		/
18		/ /	54		/
19		/ /	55		/
20		/ /	56		/
21		/ /	57		/
22		/ /	58		/
23		/ /	59		/
24		/ /	60		/
25		/ /	61		/
26		/ /	62		/
27		/ /	63		/
28		/ /	64		/
29		/ /	65		/
30		/ /	66		/
31		/ /	67		/
32		/ /	68		/
33		/ /	69		/
34		/ /	70		/
35		/ /	71		/
36		/ /	72		/





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


01
Rubrica
70RQVAT

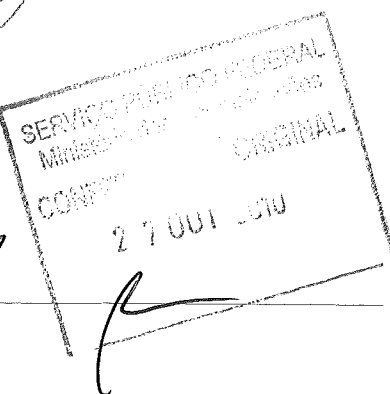
TERMO DE INSTAURAÇÃO

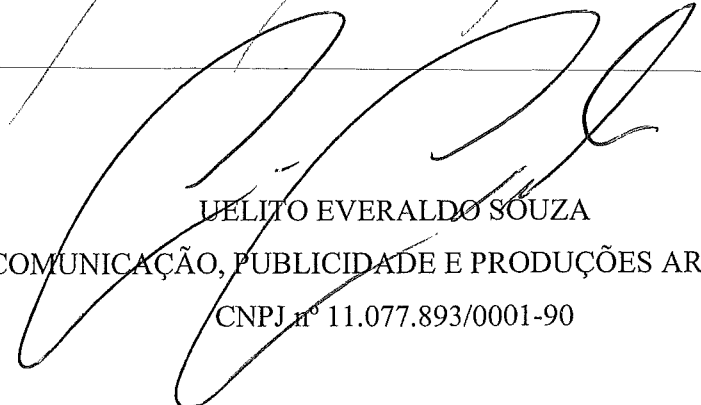
CONCORRÊNCIA N.º	: 007/2009 – CEL/MC	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES BRASÍLIA - DF
SERVIÇO	: FM (CANAL 206)	53000 059524/2009-10
LOCALIDADE	: ITAGIBA - BA	SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD
PROPONENTE	: TOTAL-Comunicação Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	01/12/2009-10:18
CNPJ n.º	: 11.077.893/0001-90	

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epígrafe, continha 70 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasília (DF), 1 de dezembro de 2009.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação




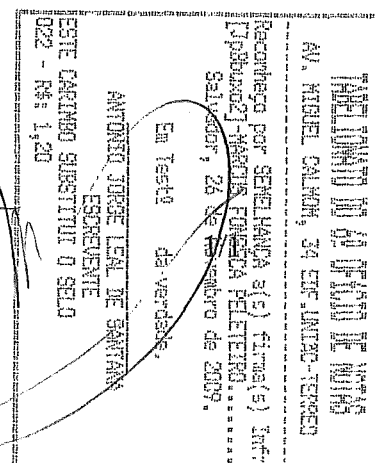
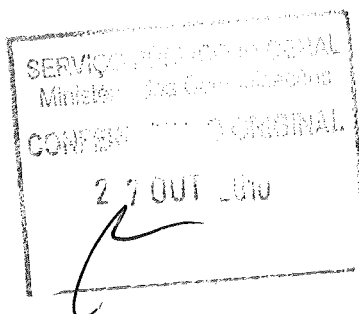

UELITO EVERALDO SOUZA
TOTAL – COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ n.º 11.077.893/0001-90

PROCURAÇÃO

TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas LTDA. sediada na Rua Elmo Cerejo Farias, nº 51ª, sala 103, quadra 02, no Município de Simões Filho, Estado da Bahia, CEP-43.700-000, inscrita do CNPJ sob o nº 11.077.893/0001-90, através do seu Representante Legal, abaixo assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores o Sr. **Uelito Everaldo Souza Ribeiro**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 036.797.995-00 e RG nº. 79144314-SSP-BA, com endereço na Rua Leolinda Bacelar Lima, 338, Kalilândia, Feira de Santana-Bahia, CEP: 44025-100, a Sra. **Sandra Roque de Miranda** Brasileira, casada, Consultora, CPF/MF nº 516.174.631-91 e RG nº. 1080431-DF residente e domiciliada na Quadra 9, Bloco C, Ap.301, Ed. Vila do Sol,3, CEP- 72870-090, Valparaíso - GO, e o Sr. **Romano Augusto Lago Ribeiro**, brasileiro, solteiro, Técnico, CPF/MF nº. 022.855.365-26, RG nº. 11483354-04/SSP-BA, residente e domiciliado na Rua Miguel Gustavo, 576, Ed. Cajaíba, ap. 1003, Brotas, Salvador/Bahia, aos quais confere poderes para representá-lo em todos os atos da Concorrência 007/2009-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Simões Filho (BA), 16 de novembro de 2009.


Marcus Fonseca Peleteiro
Representante Legal
CPF: 509.619.345-49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
 CATEGORIA NACIONAL DE HABITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 807254700

PROIBIDO PLASTIFICAR 807254700

NOME: UELITO EVERALDO SOUZA RIBEIRO

DOC/IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: 79144314 SSP BA

CPF: 036.797.995-00 DATA NASCIMENTO: 18/08/1950

FILIAÇÃO: ALCIDES NORBERTO MARIA ADALECIA DE SOUZA

PERMISSÃO: ACC: CATHAB: B

Nº REGISTRO: 02064968324 VALIDADE: 26/10/2011 1ª HABILITAÇÃO: 05/07/1974

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR:

LOCAL: SALVADOR, BA DATA EMISSÃO: 08/11/2006

Assinado por: Ivanildo Barcha Dias Diretor Geral 64892456416 BA013113809

ASSINATURA DO EMISSOR

12o. Ofício de Notas - Salvador/BA
 Confere com o original que me foi
 apresentado. 11/04/98.
 Salvador, 12 de Novembro de 2009
 GILVAN BUSNAD DE ABREU - ESCRIVENTE
 ESTE CARTÃO SUSTITUI O SELO

03

SERVIÇO DE REGISTRO E CARTÓRIAS
 27001

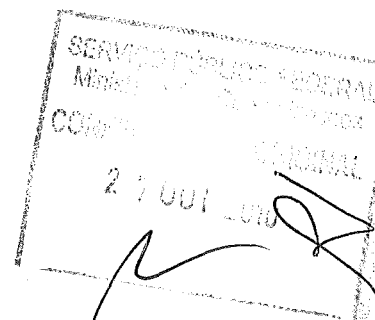
CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital da concorrência nº.007/2009-CEL/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **ITAGIBÁ – BA**

Razão Social da Proponente: **TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.**

Conteúdo:

Conjunto 1 – Documentação de Habilitação:
Habilitação Jurídica;
Qualificação Econômico-Financeira;
Regularidade Fiscal.



A handwritten signature in black ink.

A handwritten signature in black ink.

A handwritten signature in black ink.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 007/2009-CEL/MC
LOCALIDADE: Itagibá (BA)

TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda. – TOTAL FM.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ÍNDICE

1.0 – Habilitação Jurídica.

1.1 – Ato Constitutivo (contrato social).

1.2 – Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado dos sócios e dirigentes da proponente;

1.2.1 – Sócia – Irene Oliveira Santana

- Cédula de Identidade.

1.2.3 – Sócio – Administrador Marcus Fonseca Peleteiro

- Cédula de Identidade.

1.2.4 – Sócio – Carlos Henrique Morais Martins

- Cédula de Identidade.

1.3 – Declaração – Anexo I.

1.4 – Declaração – Anexo II.

1.5 – Certidões dos Cartórios Cíveis e Criminais das Justiças Estadual e Federal, bem como Protestos de Títulos dos sócios;

- Irene Oliveira Santana
- Marcos Fonseca Peleteiro
- Carlos Henrique Morais Martins

1.6 – Prova de Cumprimento das obrigações eleitorais;

- Irene Oliveira Santana
- Marcos Fonseca Peleteiro
- Carlos Henrique Morais Martins

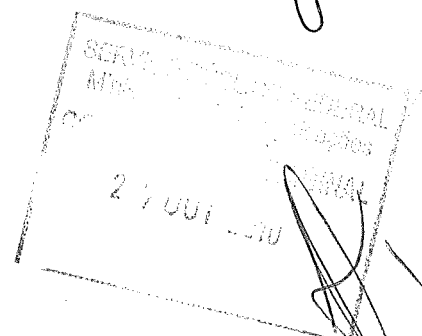
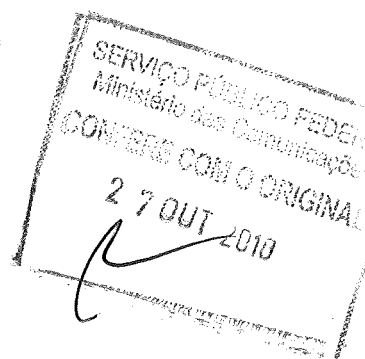
1.7 – Alvará de funcionamento.

2.0 – Qualificação Econômica Financeira;

2.1 – Balanço de Abertura.

2.2 – Carta de Fiança Bancária ou Caução.

2.3 – Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Concordata.





3.0 – Regularidade Fiscal;

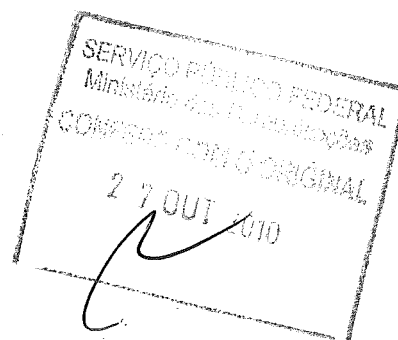
3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ).

3.2 – Prova de regularidade relativa à Previdência Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.3 – Certidões Negativas de débito ou Certidões Positivas, com efeito, de Negativas de débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

4.0 – Procuração;

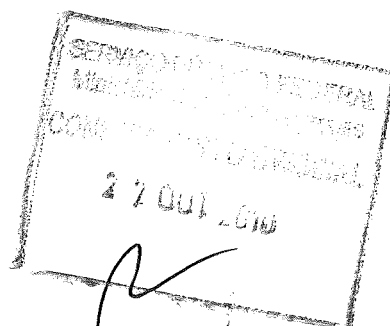
4.1 – Documento de Procuração e fotocópia autenticada da Célula de Identidade do procurador habilitado.



2/2

Comunidade
07
Rubrica
199

HABILITAÇÃO JURIDICA



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CONSTITUIÇÃO

Ofício de Notas - Salvador/BA
Confere com o original que me foi
apresentado. Pou. fe. 20 de dezembro de 2009
FERNANDO JOSÉ LIMA SILVA - ASSISTENTE JUD
ESSE CARTÃO SUBSTITUI SELO

08

IRENE OLIVEIRA SANTANA, brasileira, maior, solteira, nascida em 02/11/1945, empresária, residente e domiciliada na Rua L, Jardim Salvador, 406, Edifício Porto Avenida, ap. 1302, bairro: Jardim Apipema, Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.155-250, portadora da Cédula de Identidade nº. 05.744.008-50, expedida pela SSP/BA, CPF nº. 501.040.805-82, **MARCUS FONSECA PELETEIRO**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 08/02/1968, engenheiro civil, CREA-BA nº. 25.216-D, residente e domiciliado na Rua Professor Sabino Silva, 406, Edifício Porto Avenida, ap. 1302, bairro: Jardim Apipema, Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.155-250, portador da Cédula de Identidade nº. 03.507.404-37, expedida pela SSP/BA, CPF nº. 509.619.345-49 e **CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS**, brasileiro, maior, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 14/03/1969, residente e domiciliado na Rua Oswaldo Hugo Sacramento, 99, Casa 03, Bairro: Patamares, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.680-055, portador da Cédula de Identidade nº. 736.937, expedida pela SSP/SE, CPF nº. 518.031.785-15, resolvem entre si e na melhor forma de direito, a constituição de uma Sociedade Limitada que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - A Sociedade terá como denominação social: **TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.**

CLÁUSULA II - O objetivo social será a exploração dos serviços de Radiodifusão Sonora em AM - Amplitude Modulada, FM - Frequência Modulada, geração e retransmissão de sinais de TV (áudio e vídeo), em caráter comercial, mediante concessão ou permissão que lhe venha a ser outorgada por atos dos poderes públicos concedente; observando na produção e programação de suas emissoras a obediência aos dispositivos legais que contemplam a educação e cultura. Produções artísticas, culturais, jornalísticas e informativas complementarão esse objetivo.

Constitui-se ainda como objetivo da Sociedade a exploração dos serviços publicitários com produção independente de mídia escrita, falada e televisada.

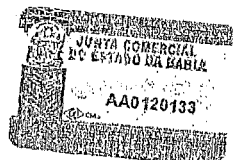
Realizará contratações publicitárias junto às Entidades Municipais, Estaduais e Federais dentro da administração Direta, Autarquias e Empresas Públicas, assim como junto a Empresas Privadas, sediadas em todo território Nacional, sempre obedecendo a Legislação que norteia a matéria.

CLÁUSULA III - A Sociedade terá a denominação de **TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.**, e nome fantasia de: **'TOTAL FM'**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Sociedade terá sua sede na Rua Elmo Cerejo Farias, 51 A sala 103, Quadra 02, CIA, CEP 43.700-000, Simões Filho, estado da Bahia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica eleito o foro da Cidade de Simões Filho, estado da Bahia, para dirimir quaisquer divergências surgidas entre os sócios, que renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Sociedade é constituída para vigorar por prazo indeterminado após registro na Junta Comercial do estado da Bahia.



[Handwritten signatures and marks]

PARÁGRAFO QUARTO - Quando e se necessária a dissolução da sociedade, os da Lei pertinente serão observados.

CLÁUSULA IV - A Sociedade se compromete, por seus sócios, se investida na concessão ou Permissão do Serviço de Radiodifusão, a não efetuar alteração neste Contrato Social, nem proceder a transferência de cotas, sem que seja prévia, plena e legalmente autorizado pelo Poder Concedente, de acordo ao disposto Título XI, Artigo 98 do Decreto nº. 52.795 de 31 de outubro de 1963.

CLÁUSULA V - A Sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe, leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais vigentes ou a vigi, referentes e aplicáveis aos serviços de Radiodifusão que lhe forem outorgados.

CLÁUSULA VI - A Sociedade se obriga a organizar sua Diretoria em concordância com o Decreto 52.795, Seção II, Artigo 28, parágrafo 8.

CLÁUSULA VII - As cotas representativas do Capital Social são INALIENÁVEIS E INCAUSIONÁVEIS, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e sua totalidade pertencerá sempre a brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direito civis reconhecidos.

CLÁUSULA VIII - O capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representado por 100.000 (cem mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios, em moeda corrente do país, na seguinte proporção:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

SÓCIOS	COTAS	VALOR EM R\$	%
IRENE OLIVEIRA SANTANA	50.000	50.000,00	50
MARCUS FONSECA PELETEIRO	45.000	45.000,00	45
CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS	5.000	5.000,00	5
TOTAL	100.000	100.000,00	100

PARÁGRAFO ÚNICO - De acordo com o art. 2º. "in fine" do Decreto nº. 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada ao total do Capital Social.

CLÁUSULA IX - As cotas são individuais em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA X - A Sociedade será administrada pelo sócio **MARCUS FONSECA PELETEIRO**, já qualificado no preâmbulo, sendo-lhe atribuído todos os poderes de administração legal da Sociedade e sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os documentos isoladamente, relativos às suas questões sociais e comerciais, para o que lhe dispensam prestação de caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A hipótese de dispor ou onerar com as ressalvas atinentes sobre qualquer forma, os bens constitutivos do patrimônio da Sociedade, inclusive direitos, torna obrigatória a assinatura de todos os sócios.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao Sócio-Administrador caberá uma retirada de "Próximo Abono" que será fixada pelo consenso unânime dos sócios, obedecendo aos critérios e limites estabelecidos pela Legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA XI - O uso da denominação social nos termos da **CLÁUSULA X**, deste instrumento, é vedado em fianças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da Sociedade, ficando o Sócio Administrador responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA XII - Os Administradores da Sociedade serão brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecidos e a sua investidura no cargo, estará em consonância com o Decreto 52.795, Seção II, Artigo 28, Parágrafo 9.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se procuradores vierem a ser investidos nos poderes da gestão e administração da Sociedade, atribuição que caberá a brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecidos, o ato da nomeação será necessariamente submetido à prévia autorização do Ministério das Comunicações, conforme descrito na **CLÁUSULA XII**.

CLÁUSULA XIII - As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos à Sociedade sem o conhecimento expresso dos sócios. Para esse fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito aos demais, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da notificação para que exerça ou renuncie em condições de igualdade ao direito de preferência a aquisição de cotas da Sociedade, obedecendo porém o Artigo 28, Parágrafo 10, Letra B do Decreto 52.795 em concordância com o Decreto Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967, Artigo 12, Item II, Parágrafo 6º.

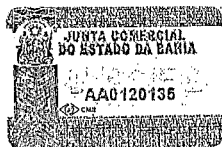
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica ajustado entre as partes que o sócio que se retirar, caberá receber o valor das cotas integralizadas e representativas de seu capital mais os lucros apurados em balanço, previamente aprovado pelos sócios, cujo pagamento será à vista ou em prestações, conforme convencionado entre os sócios da época.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A saída de sócio será objeto a oportunidade, de Alteração Contratual, sendo submetido o documento à anuência do Ministério das Comunicações e posterior arquivamento na Junta Comercial do Estado da Bahia.

CLÁUSULA XIV - O falecimento, impedimento ou incapacidade de qualquer natureza de qualquer dos sócios não dissolverá necessariamente a Sociedade, ficando herdeiros e sucessores ou representante legal nomeado, integrando o quadro social mediante consenso entre os sócios supérstites, caso não haja impeditivo legal quanto a sua capacidade jurídica e se observe a anuência prévia do órgão competentes do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os direitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na Sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim e serão pagos à vista ou em parcelas convencionadas entre sócios da época.

CLÁUSULA XV - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro quando serão levantados o balanço patrimonial, a demonstração de resultados do exercício e as demonstrações financeiras de conformidade com a Legislação em vigor.



PARÁGRAFO ÚNICO - Os lucros apurados serão divididos entre os sócios proporcionalmente às cotas de Capital na Sociedade, os mantimentos como reserva para posterior incorporação ao Capital Social. Em caso de prejuízo, o mesmo será suportado pelos sócios em proporções de suas cotas.

CLÁUSULA XVI - Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos Legais, a cuja fiel observância, como das demais cláusulas deste compromisso dirigentes e sócios.

CLÁUSULA XVII - Os sócios qualificados no preâmbulo deste instrumento declaram que não estão impedidos de exercerem o comércio ou administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante duas testemunhas.


Simões Filho (BA), 22 de julho de 2009.

Sócios:


IRENE OLIVEIRA SANTANA



MARCUS FONSECA BELETEIRO


CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS


Arnaldo Freitas Pio
Advogado OAB/BA 10.432

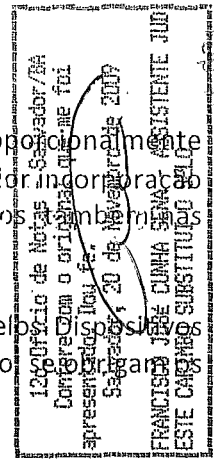
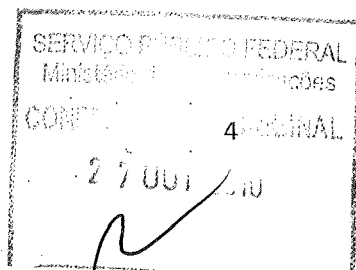
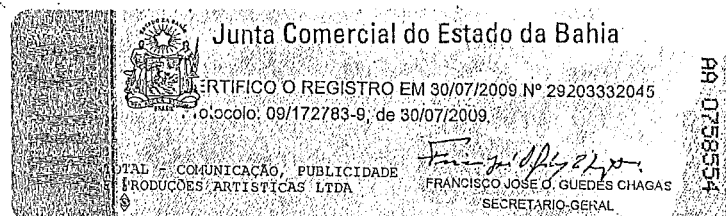
Testemunhas:

RENATO CARDOSO
CPF: 909.861.505-53


Renato Cardoso

Railda Silva Moura
CPF: 576.501.605-72

Railda Silva Moura



Carimbo circular com data 12/10/99 e assinatura.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

MAO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura: *[Assinatura]*

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 05744008 50 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/10/1999

NOME IRENE OLIVEIRA SANTANA

FILIAÇÃO ISRAEL PEREIRA SANTANA
DEJANIRA MARIA DE OLIVEIRA SANTANA

NATURALIDADE SALVADOR BA DATA DE NASCIMENTO 02/11/1973

DOC ORIGEM CER-NAS CM-SALVADOR BA

DST-PLATAFORMA L-038 F-040 R-021853

CPF 501040805 82 PIS 1262611708 2

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR *[Assinatura]*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TABELIONATO DO 6º OFÍCIO DE NOTAS
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 17 de Julho de 2009.
Em Teste da Verdade.
MARIA JOSE BATISTA DE NASCIMENTO - ESCRIVÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Administração
CONF. ORIGINAL
27 OUT 2009

[Assinaturas manuais]

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

119 Ofício de Notas - Salvador-BA
 Raymundo Alberto Gomes Costa Tabelião
 Confere com o original, Rou 76.
 Salvador, 07 de Novembro de 2009.
 MARIA ELIANA FERREIRA DA SILVA-ESECREVENT
 Este cartão substitui o selo.

03507404 37 14/03/2001

MARCUS FONSECA PELETEIRO

GILBERTO PELETEIRO TOURINHO
 ANA MARIA FONSECA PELETEIRO

SALVADOR BA 08/02/1968

CER-NAS CM-SALVADOR BA

DST-VITORIA L-184 F-251 R-097797

509619345-49

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

[Handwritten signature]

[Portrait photo]

[Fingerprint]

SAC

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério da Justiça
 COMISSÃO
 27 OUT 2010
[Handwritten signature]

14
Notícia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO


ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 736.937 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 14/11/2002

NOME
CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS

FILIAÇÃO
JOSE ANTONIO GOMES MARTINS
MARISA LESSA MORAIS MARTINS

NATURALIDADE PENEIRO-AL DATA DE NASCIMENTO 14/03/1969

DOC ORIGEM

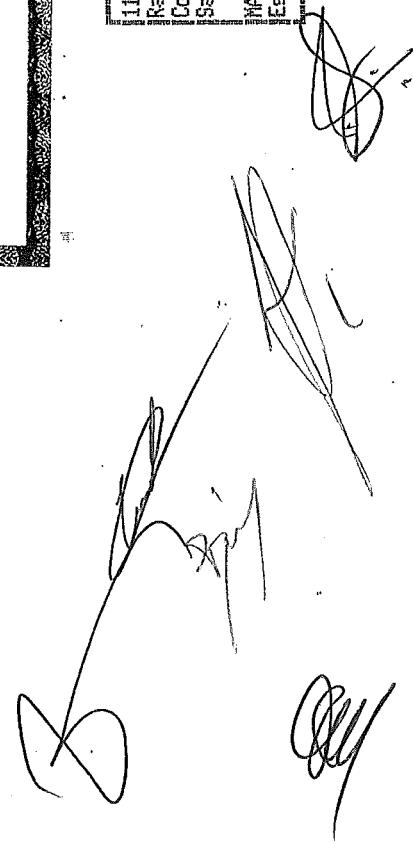
CT., CASAM, NR 4797, LV 808 FL 200
CP CART. 6 OF. DIST. COM. AB. 20/11/01
518.031.785-34
DIRETORIA DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO
ASSINATURA DO DIRETOR DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

110 Ofício de Notas - Sergipe
Raymundo Alberto Gomes Costa
Confere com o original. Dou fé.
Salvador, 09 de Novembro de 2009.
MARIA ELIANA FERREIRA DA SILVA-ESCREVENTE
Este carimbo substitui o selo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFIRMAÇÃO ORIGINAL
27 OUT 2010






ANEXO I

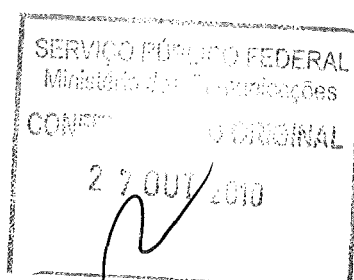
DECLARAÇÃO
(subitem 5.1.3)

Ref.: Concorrência 007/2009 – CEL/MC

TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.077.893/0001-90, por intermédio de seu representante legal o Sr. Marcus Fonseca Peleteiro, portador da Carteira de Identidade nº 03.507.404-37 e do CPF nº 509.619.345-49, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Simões Filho (BA), 20 de outubro de 2009.


Marcus Fonseca Peleteiro
Representante Legal
CPF: 509.619.345-49



1/1



ANEXO II

DECLARAÇÃO
(subitem 5.1.4)

Os abaixo assinados dirigentes da **TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas LTDA**, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de ITAGIBÁ Estado da BAHIA, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;


b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão de Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspensos;

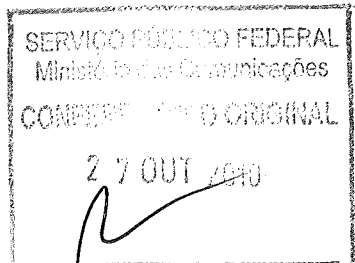
c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviços de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Simões Filho (BA), 16 de novembro de 2009.


Marcus Fonseca Peleteiro
CPF: 509.619.345-49
Sócio Administrador





CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

Nº SOLICITAÇÃO:

AÇÕES CÍVEIS / AUDITORIA MILITAR / CRIMINAIS /
TUTELA, CURATELA E INTERDIÇÕES / EXECUÇÕES / CONCORDATA E FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EXECUÇÃO CÍVEL E FISCAL

NÚMERO: 2009128608

CERTIFICO, que, revendo os registros de distribuição, a partir de 02 de janeiro de 1976 até a presente data, que
contra IRENE OLIVEIRA SANTANA consta(m) o(s) seguinte(s) feitos:

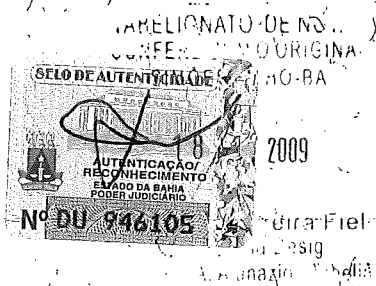
NADA CONSTA

QUALIFICAÇÃO

Nome : IRENE OLIVEIRA SANTANA
Documento : 50104080582 CPF
Filiação
Pai : ISRAEL PEREIRA SANTANA
Mãe : DEJANIRA MARIA DE OLIVEIRA SANTANA

SALVADOR, 17 de novembro de 2009 (09:26)

MADELHEIT ZIMMER SÉRGIO
SETOR DE CERTIDÃO



Emissor: NASILVA
Orgão Solicitação: SETOR DE CERTIDÃO
Página: 1 até 1

NCTJ: 121152-B.

SERVIÇO PÚBLICO GERAL



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 207872

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

IRENE OLIVEIRA SANTANA, ou vinculado ao **CPF: 501.040.805-82**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 381/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.ba.trf1.gov.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador - BA, 10h35, 30/11/2009.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (071) 3617-2600. e-Mail: secer@ba.trf1.gov.br



ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SALVADOR
TABELIONATOS DE PROTESTO DE TÍTULOS 1º, 2º, 3º, 4º OFÍCIOS
AV. ESTADOS UNIDOS, 376 - ED. UNIÃO
COMÉRCIO 40010-020

Local: NAJ - NÚCLEO DE ATENDIMENTO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO NEGATIVA

Número: 556807

Nome: IRENE OLIVEIRA SANTANA

Documento: CPF 501.040.805-82

DAJ: 1985-803

Eu, Tabelião(a) infra-firmado, certifico que, dos Livros de Registro de Protestos dos Tabelionatos de Protesto de Títulos desta Comarca, não consta título algum protestado da responsabilidade de IRENE OLIVEIRA SANTANA, documento de identificação - CPF-501.040.805-82, a contar dos 05 (cinco) anos anteriores, até a presente data às 10:05:01 h.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data da expedição.

SALVADOR, 17 de Novembro de 2009 às 10:05:01 Horas.

TABELIÃO(A) DE PROTESTO
(FIM DA CERTIDÃO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
NÚCLEO DE ATENDIMENTO JUDICIÁRIO/NAJ
Shopping Baixa dos Sapateiros - Nazaré
Belª Ana Cristina Pereira Teixeira
Tabelião de Protesto
Cad. 128.513-0





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SIMÕES FILHO-BAHIA
VARA DOS FEITOS DE RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS

CERTIDÃO

*VARA CÍVEL E COMERCIAL DE
 SIMÕES FILHO-BAHIA
 Av. Atlântica de P. Ramos s/nº
 EP: 43700-000 Simões Filho-BA
 Tel: 336-1388 Fax: 336-4444*

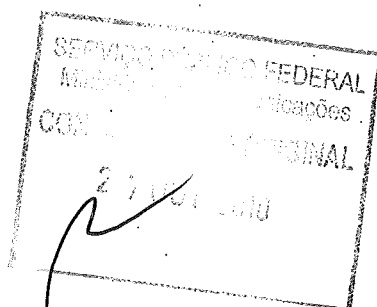
Eu, **Paulo Roberto Pinto de Azevedo**, Escrivão da Única Vara Cível e Comercial da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, na forma da Lei etc.....

CERTIFICO que revendo os livros de **REGISTRO** e bem assim o arquivo e fichário, sob a minha guarda e responsabilidade, constatei que não existe nenhuma ação de natureza **CÍVEL, FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** contra **IRENE OLIVEIRA SANTANA**, CPF nº 501.040.805-82 em trâmite neste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Simões Filho, aos **18** dias do mês de novembro do ano de 2009. Eu _____ Escrivão, subscrevi.

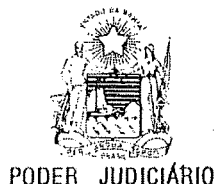
Paulo Roberto Pinto de Azevedo

ssp

Prazo de validade: 30 (trinta) dias.



CART. CRIME E FAZ. PÚBLICA
Comarca de Simões Filho/Ba.
Av. Almirante de Araújo, s/nº - Centro
Simões Filho/Ba.
CEP.: 43.700-000



21
FOLHA Nº

**JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIME E FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SIMÕES FILHO – BA.**

CERTIDÃO

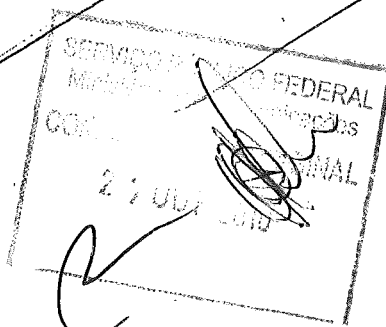
EU, Bel. **EDSON LEONÍDIO DOS SANTOS**,
Escrivão da única Vara Crime e Fazenda Pública desta Comarca de
Simões Filho – BA, do Estado Federativo da Bahia, e seu termo, etc...

CERTIFICO eu Escrivão da Vara dos Feitos
Criminais desta comarca, que **NÃO CONSTA NENHUMA
AÇÃO PENAL** em tramitação perante este Juízo, contra o (a)
senhor (a) **IRENE OLIVEIRA SANTANA**, brasileira, maior, filha
de Israel Pereira Santana e Dejanira Maria de Oliveira Santana,
portadora do RG nº 05744008 50 SSP/BA, nascida em 02/11/1973. O
referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta Cidade e Comarca

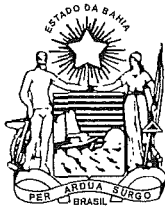
aos 19 dias do mês de novembro de 2009
TABELIONATO DE NOTAS
CONFERE COM O ORIGINAL
SIMÕES FILHO - BA
CONFERE COM O ORIGINAL
SIMÕES FILHO - BA



Edson Leonídio dos Santos
Escrivão



Handwritten signatures and initials



PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE PROTESTOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE SIMÕES FILHO- BAHIA

COMARCA DE SIMÕES FILHO
CARTÓRIO DE PROTESTO DE TÍTULOS
FUNDIÁRIO OFÍCIO
END. FORUM PROF. JOSAPHAT MARINHO
AV. ALTAMIRANO DE ALMEIDA RAMOS S/Nº CENTRO
SIMÕES FILHO CEP 43.700-000

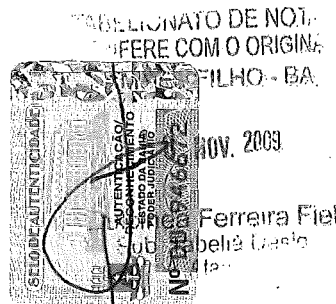
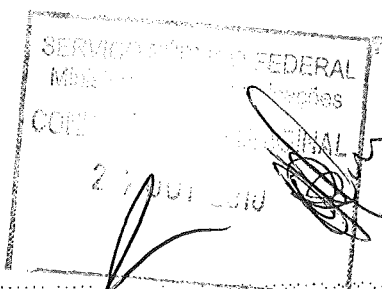
CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão passada a pedido de pessoa interessada.

CERTIFICO EU, DARCILENE AGOSTINHO ATANAZIO, Oficial de Protesto de Títulos abaixo assinado, que, dos livros de Registros existentes em meu Cartório, deles **NÃO CONSTA TÍTULO ALGUM** PROTESTADO DA RESPONSABILIDADE DE **IRENE OLIVEIRA SANTANA**, CPF/ CNPJ **501.040.805-82** a contar do mês de **NOVEMBRO do ano de dois mil e quatro (2004)**, até a presente data e hora. É VERDADE E DOU FÉ. **SIMÕES FILHO, 18 de NOVEMBRO de 2009**. Declaro que foi paga a taxa pela prestação de serviços, através do Daj. Nº **013/877297**:

Bela. DARCILENE AGOSTINHO ATANAZIO
OFICIAL DE PROTESTO

VALIDO POR 30 DIAS



2.50.09.0/89



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

ações CÍVEIS / AUDITORIA MILITAR / CRIMINAIS /
TUTELA, CURATELA E INTERDIÇÕES / EXECUÇÕES / CONCORDATA E FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EXECUÇÃO CÍVEL E FISCAL

Nº SOLICITAÇÃO:

NÚMERO: 2009128601

CERTIFICO, que, revendo os registros de distribuição, a partir de 02 de janeiro de 1976 até a presente data, que
contra MARCUS FONSECA PELETEIRO consta(m) o(s) seguinte(s) feitos:

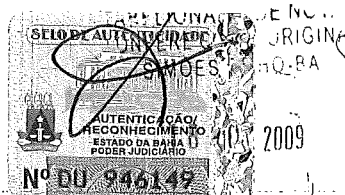
NADA CONSTA

QUALIFICAÇÃO

Nome : MARCUS FONSECA PELETEIRO
Documento : 50961934549 / CPF
Filiação
Pai : GILBERTO PELETEIRO TOURINHO
Mãe : ANA MARIA FONSECA PELETEIRO

SALVADOR, 17 de novembro de 2009 (09:21)

ADELHEIT ZIMMER SÉRGIO
SETOR DE CERTIDÃO



Guilcinna Ferreira Fiel
Sub. Tabela de Assig
A. Atanazio - Tabela

Emissor:

NASLEVA

Orgão Solicitação:

SETOR DE CERTIDÃO

Página:

1

até

NCTJ: 121154-B.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 207843

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MARCUS FONSECA PELETEIRO, ou vinculado ao **CPF: 509.619.345-49**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

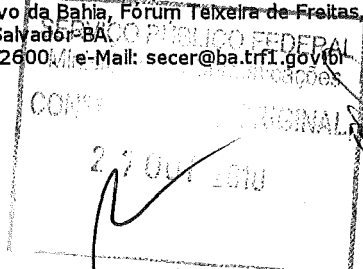
Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 381/04-DIREF;
- a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.ba.trf1.gov.br);
- válida por 30 (trinta) dias;
- a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador - BA, 10h19, 30/11/2009.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas
CEP: 41213-000, Salvador-BA
Fone: (071) 3617-2600 / e-Mail: secer@ba.trf1.gov.br





ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SALVADOR

TABELIONATOS DE PROTESTO DE TÍTULOS 1º, 2º, 3º, 4º OFÍCIOS

AV. ESTADOS UNIDOS, 376 - ED. UNIÃO
COMÉRCIO

40010-020

Local: NAJ - NÚCLEO DE ATENDIMENTO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO NEGATIVA

Número: 556827

Nome: MARCUS FONSECA PELETEIRO

Documento: CPF 509.619.345-49

DAJ: 1986-803

Eu, Tabelião(ã) infra-firmado, certifico que, dos Livros de Registro de Protestos dos Tabelionatos de Protesto de Títulos desta Comarca, não consta título algum protestado da responsabilidade de MARCUS FONSECA PELETEIRO, documento de identificação - CPF-509.619.345-49, a contar dos 05 (cinco) anos anteriores, até a presente data às 10:05:02 h.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data da expedição.

SALVADOR, 17 de Novembro de 2009 às 10:05:02 Horas.

TABELIÃO(À) DE PROTESTO
(FIM DA CERTIDÃO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
NÚCLEO DE ATENDIMENTO JUDICIÁRIO/NAJ
Shopping Baixa dos Sapateiros-Nazare
Belª Ana Cristina Pereira Teixeira
Tabeliã de Protesto
Cad: 128.513-0





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SIMÕES FILHO-BAHIA
VARA DOS FEITOS DE RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS

CERTIDÃO

Eu, **Paulo Roberto Pinto de Azevedo**, Escrivão da Única Vara Cível e Comercial da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, na forma da Lei etc.....

CERTIFICO que revendo os livros de **REGISTRO** e bem assim o arquivo e fichário, sob a minha guarda e responsabilidade, constatei que não existe nenhuma ação de natureza **CÍVEL, FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** contra **MARCUS FONSECA PELEEIRO**, CPF nº 509.619.345-49 em trâmite neste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Simões Filho, aos **18** dias do mês de novembro do ano de 2009. Eu _____ Escrivão, subscrevi.

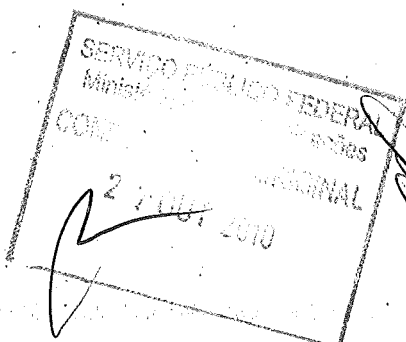
Paulo Roberto Pinto de Azevedo

ssp

Prazo de validade: 30 (trinta) dias.



Dulcinea Ferreira Tiel
 Sub. Tab. de Reg. - Tabelião





PODER JUDICIÁRIO

Comunicação
27
173

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIME E FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SIMÕES FILHO – BA.

CERTIDÃO

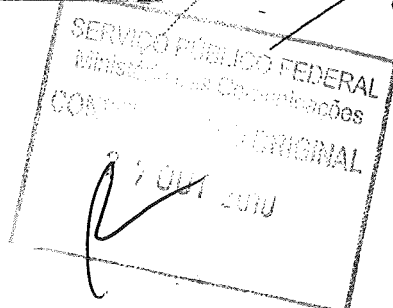
EU, Bel. *EDSON LEONÍDIO DOS SANTOS*,
Escrivão da única Vara Crime e Fazenda Pública desta Comarca de
Simões Filho – BA, do Estado Federativo da Bahia, e seu termo, etc...

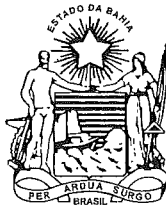
C E R T I F I C O eu Escrivão da Vara dos Feitos
Criminais desta comarca, que NÃO CONSTA NENHUMA
AÇÃO PENAL em tramitação perante este Juízo, contra o (a)
senhor (a) MARCUS FONSECA PELETEIRO, brasileiro, maior,
filho de Gilberto Peleteiro Tourinho e Ana Maria Fonseca Peleteiro,
portador do RG nº 03507404 37 SSP/BA, nascido em 08/02/1968. O
referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta Cidade e Comarca
aos 19 dias do mês de novembro de 2009.

TABELIONATO
CONFERE COM O ORIGINAL
SIMÕES FILHO - BA



Edson Leonidio dos Santos
Escrivão





PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE PROTESTOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE SIMÕES FILHO- BAHIA

COMARCA DE SIMÕES FILHO
CARTÓRIO DE PROTESTO DE TÍTULOS
END. FORUM DE ALTAIR MARINHO
AV. ALMIRANTE ALVARO RAMOS S/Nº CENTRO
SIMÕES FILHO CEP 43.700-000

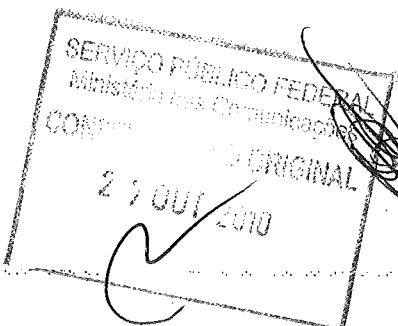
CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão passada a pedido de pessoa interessada.

CERTIFICO EU, DARCILENE AGOSTINHO ATANAZIO, Oficial de Protesto de Títulos abaixo assinado, que, dos livros de Registros existentes em meu Cartório, deles **NÃO CONSTA TÍTULO ALGUM PROTESTADO DA RESPONSABILIDADE DE MARCUS FONSECA PELETEIRO, CPF/ CNPJ 509.619.345-49** a contar do mês de **NOVEMBRO do ano de dois mil e quatro (2004)**, até a presente data e hora. É VERDADE E DOU FÉ. **SIMÕES FILHO, 18 de NOVEMBRO de 2009.** Declaro que foi paga a taxa pela prestação de serviços, através do Daj. Nº **013/877296**:

Bela. DARCILENE AGOSTINHO ATANAZIO
OFICIAL DE PROTESTO

VALIDO POR 30 DIAS



2.50.09.0/89





CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

Nº SOLICITAÇÃO:

AÇÕES CÍVEIS / AUDITORIA MILITAR / CRIMINAIS /
TUTELA, CURATELA E INTERDIÇÕES / EXECUÇÕES / CONCORDATA E FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EXECUÇÃO CÍVEL E FISCAL

NÚMERO: 2009128605

CERTIFICO, que, revendo os registros de distribuição, a partir de 02 de janeiro de 1976 até a presente data, que
contra CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS consta(m) o(s) seguinte(s) feitos:

NADA CONSTA

QUALIFICAÇÃO

Nome : CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS
Documento : 51803178515 CPF
Filiação
Pai : JOSE ANTONIO GOES MARTINS
Mãe : MARISA LESSA MORAIS MARTINS

SALVADOR, 17 de novembro de 2009 (09:23)

Adelheit Zimmer Sérgio
ADELHEIT ZIMMER SÉRGIO
SETOR DE CERTIDÃO



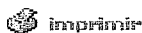
LABELIONATO DE NOVA
FÉRE COM O ORIGINAL
SIMÕES FILHO-RA

18 NOV. 2009

Luciana Ferreira Fiel
Sgt. Tabela Desig
Darcilene A. Alencar - Tabela

Emissor: NASILVA
Órgão Solicitação: SETOR DE CERTIDÃO
Página: 1 até 1

NCTJ: 121153-B.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado da Bahia

30/11/2009
COMUNICAÇÃO
FOLHA 30
PÁGINA 1

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF N° 208302

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS, ou vinculado ao **CPF: 518.031.785-15**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 381/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.ba.trf1.gov.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Salvador - BA, 14h44, 30/11/2009.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (071) 3617-2600. e-Mail: secer@ba.trf1.gov.br

2704/2009
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
COMUNICAÇÃO
FOLHA 30
PÁGINA 1



ESTADO DA BAHIA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SALVADOR
TABELIONATOS DE PROTESTO DE TÍTULOS 1º, 2º, 3º, 4º OFÍCIOS
AV ESTADOS UNIDOS, 376 - ED UNIAO
COMÉRCIO 40010-020

Local: NAJ - NÚCLEO DE ATENDIMENTO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO NEGATIVA

Número: 556847

Nome: CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS

Documento: CPF 518.031.785-15

DAJ: 1990 - 803

Eu, Tabelião(ã) infra-firmado, certifico que, dos Livros de Registro de Protestos dos Tabelionatos de Protesto de Títulos desta Comarca, não consta título algum protestado da responsabilidade de CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS, documento de identificação - CPF-518.031.785-15, a contar dos 05 (cinco) anos anteriores, até a presente data às 10:05:04 h.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data da expedição.

SALVADOR, 17 de Novembro de 2009 às 10:05:04 Horas.

TABELIÃO(Ã) DE PROTESTO
(FIM DA CERTIDÃO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
NÚCLEO DE ATENDIMENTO JUDICIÁRIO/NAJ
Shopping Balsa dos Sapateiros-Nazaré
Bel. Ana Cristina Pereira Teixeira
Tabelião de Protesto
Cnd: 128 517-0





PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SIMÕES FILHO-BAHIA
VARA DOS FEITOS DE RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS

VARA CÍVEL E COMERCIAL DA
SIMÕES FILHO-BAHIA
 Av. Atlântico de A. Ramos s/nº
 CEP: 43740-000 Simões Filho-Ba.
 Tel: 335-1500 Fax: 335-9600

CERTIDÃO

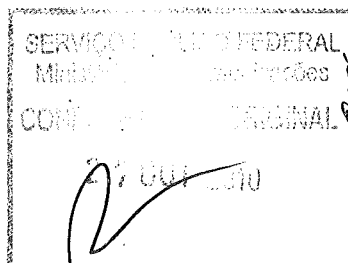
Eu, **Paulo Roberto Pinto de Azevedo**, Escrivão da Única Vara Cível e Comercial da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, na forma da Lei etc.....

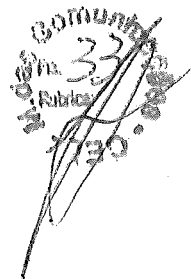
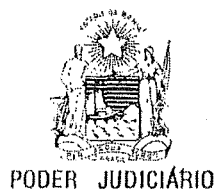
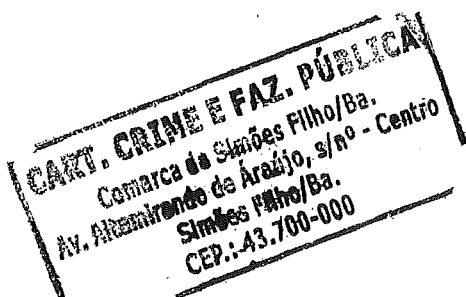
CERTIFICO que revendo os livros de **REGISTRO** e bem assim o arquivo e fichário, sob a minha guarda e responsabilidade, constatei que não existe nenhuma ação de natureza **CÍVEL, FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** contra **CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS, CPF nº 518.031.785-15** em trâmite neste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Simões Filho, aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2009. Eu _____ Escrivão, subscrevi.

Paulo Roberto Pinto de Azevedo

ssp

Prazo de validade: 30 (trinta) dias.





JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIME E FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DE SIMÕES FILHO – BA.

CERTIDÃO

EU, Bel. *EDSON LEONÍDIO DOS SANTOS*,
Escrivão da única Vara Crime e Fazenda Pública desta Comarca de
Simões Filho – BA, do Estado Federativo da Bahia, e seu termo, etc...

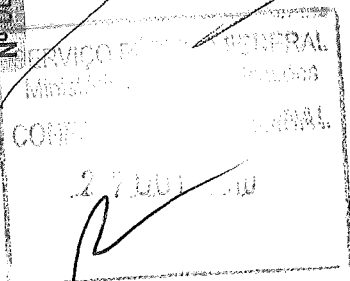
C E R T I F I C O eu Escrivão da Vara dos Feitos
Criminais desta comarca, que NÃO CONSTA NENHUMA
AÇÃO PENAL em tramitação perante este Juízo, contra o (a)
senhor (a) CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS,
brasileiro, maior, filho de José Antonio Góes Martins e Marisa Lessa
Morais Martins, portador do RG nº 736937 SSP/SE, nascido em
14/03/1969. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta
Cidade e Comarca aos 19 dias do mês de novembro de 2009.

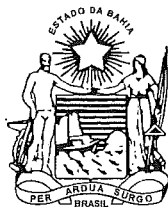
TABELIONATO DE NOTAS
CONFERE COM O ORIGINAL
SIMÕES FILHO - BA

18 NOV. 2009



Edson Leonídio dos Santos
Escrivão





PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DE PROTESTOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE SIMÕES FILHO- BAHIA

COMARCA DE SIMÕES FILHO
CARTÓRIO DE PROTESTO DE TÍTULOS
PRIMEIRO OFÍCIO
END. FORUM DE JOSAPHAT MARINHO
AV. ALTAMIRANDO DE ARAUJO RAMOS S/Nº CENTRO
SIMÕES FILHO CEP 43.700-000

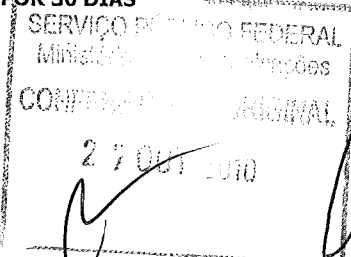
CERTIDÃO NEGATIVA

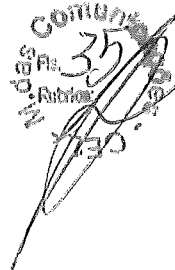
Certidão passada a pedido de pessoa interessada.

CERTIFICO EU, DARCILENE AGOSTINHO ATANAZIO, Oficial de Protesto de Títulos abaixo assinado, que, dos livros de Registros existentes em meu Cartório, deles **NÃO CONSTA TÍTULO ALGUM PROTESTADO DA RESPONSABILIDADE DE CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS, CPF/ CNPJ 518.031.785-15** a contar do mês de **NOVEMBRO do ano de dois mil e quatro (2004)**, até a presente data e hora. É VERDADE E DOU FÉ. **SIMÕES FILHO, 18 de NOVEMBRO de 2009**. Declaro que foi paga a taxa pela prestação de serviços, através do Daj. Nº **013/877295**:

Bela. DARCILENE AGOSTINHO ATANAZIO
OFICIAL DE PROTESTO

VALIDO POR 30 DIAS





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **IRENE OLIVEIRA SANTANA**

Inscrição: **078422620507**

Zona: 15

Seção: 55

Município: 38490 - SALVADOR

UF: BA

Data de Nascimento: 02/11/1973

Domiciliada desde: 11/01/1994

Filiação: DEJANIRA MARIA DE OLIVEIRA SANTANA

ISRAEL PEREIRA SANTANA

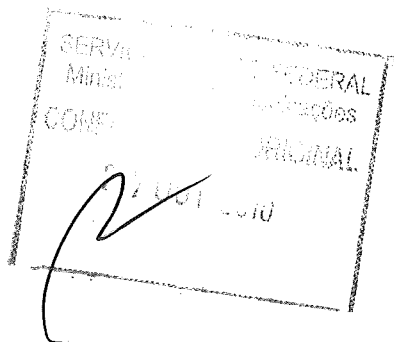
Certidão emitida às 08:27 de 10/11/2009

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **TG5Z.9S0D.NQ/W.3QDN**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MARCUS FONSECA PELETEIRO**

Inscrição: **000335370515**

Zona: 7

Seção: 10

Município: 38490 - SALVADOR

UF: BA

Data de Nascimento: 08/02/1968

Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: ANA MARIA FONSECA PELETEIRO

GILBERTO PELETEIRO TOURINHO

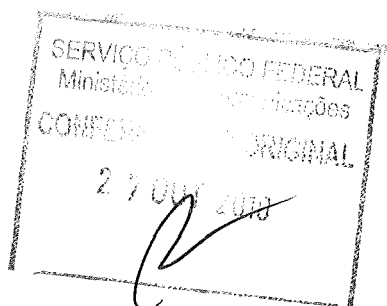
Certidão emitida às 08:31 de 10/11/2009

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **1WSA.ZLYB.2+LN.687E**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS**

Inscrição: **010587322127**

Zona: 10

Seção: 744

Município: 38490 - SALVADOR

UF: BA

Data de Nascimento: 14/03/1969

Domiciliado desde: 04/05/2008

Filiação: MARISA LESSA MORAIS MARTINS

JOSE ANTONIO GOES MARTINS

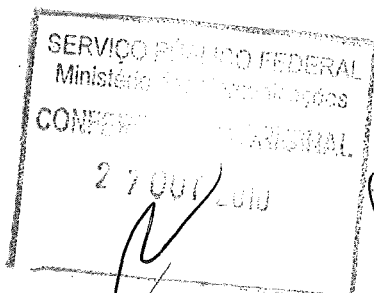
Certidão emitida às 11:23 de 30/10/2009

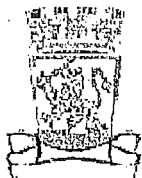
Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **DWUY.TYPI.FCHW.ULTQ**





Prefeitura Municipal de Simões Filho
Secretaria da Fazenda
Diretoria de Tributos

Alvará de Localização e Funcionamento

Razão Social: TOTAL - COMUNIC, PUBLIC. E PROD. ARTISTICAS LTDA

Endereço: AVN ENG. ELMO SEREJO DE FARIAS

3178

Bairro: CIA I

ANT 51-A ESCR VIRTUAL

Inscrição Municipal: 0009411

Validade: 19/12/2009

Atividade: VEICULAÇÃO DE MATERIAL PROPAGANDÍSTICO OU PUBLICIT

Serviço: Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres (local de recolhimento: SEDE)

CNPJ: 11077893000190

Processo de Inscrição: 6469/2009

Gerente de Fiscalização

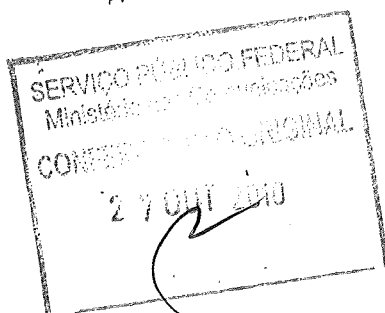
Leana A. Silva Tiuba

Assinatura do Gerente

Leana A. Silva Tiuba

Ger. Fiscalização

CAD. 1913



12a. Ofício de Notas - Salvador/BA
Conferir com o original que me foi
apresentado. Dou fe.
Salvador, 20 de Novembro de 2009
FRANCISCO JOSÉ DUARTE SENA - ASSISTENTE JUD
ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELLO

[Handwritten signatures and marks]

Comunicado
39
Relatório
2009

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

SEMPRE COM A FEDERAL
Mantendo a tradição
CONFIAÇÃO ORIGINAL
27 JUL 2010

[Handwritten signatures and marks]

Comunicado
40
Rubrica

BALANÇO DE ABERTURA

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	100.000,00D
CIRCULANTE	100.000,00D
DISPONIVEL	100.000,00D
CAIXA	100.000,00D
CAIXA GERAL	100.000,00D
PASSIVO	100.000,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.000,00C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C

MARCUS FONSECA PELETEIRO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 509.619.345-49

LUIZ ROGERIO RIOS LEIRO
Reg. no CRC - BA sob o No. 18332
CPF: 261.925.195-87

Luiz Rogério Rios Leiro
CRC - Ba 018.332/0-9
CONTADOR

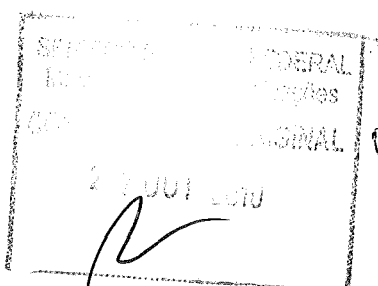
Junta Comercial do Estado da Bahia

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/11/2009 Nº 96960489
Protocolo: 09/270344-5, de 20/11/2009

Empresa: 29 2 0333204 5
TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE
E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

EDUARDO PORTELLA SANTANA
SECRETARIO-GERAL SUBSTITUTO

BA 0906974



12o. Ofício de Notas - Salvador/BA
Confere com o original que me foi
apresentado. Dou fe.
Salvador, 25 de Novembro de 2009
FRANCISCO JOSÉ CUNHA SENA - ASSISTENTE JUD
ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELO

Comun. Fis. 44
Rúbrica
27/01/2010

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CAUÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Justiça
CONTRATO Nº 1 ORIGINAL
27 OUT 2010

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Comunicado
42
Publinter
730

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 2789

DATA: 27/11/2009

HORA: 16:38:04

TERMINAL: 1003

NSU: 003876

AUT.: 0106

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO

NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 2789/008/00.000.353-2
NOME: TOTAL COM PUB E PROD ARTISTICAS

CAUCIONARIO:

TOTAL COMUNIC E PUB E PROD ARTISTICAS LT

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 11.077.893/0001-90

FAVORECIDO:

CAIXA

CPF/CNPJ FAVORECIDO: 00.360.305/0001-04

VALOR TOTAL:

362,00

VALOR DINHEIRO:

362,00

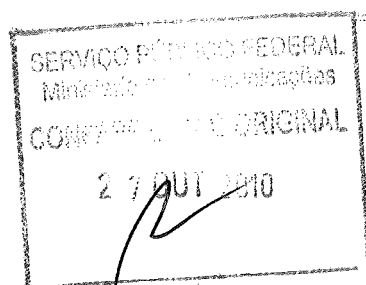
Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

2a Via - Via do Favorecido/Agencia



Grau de sigilo
#00

Módulo I

Agência	Op.	Conta	DV
2789	008	353	2

Devedor (neste caso é o Caucionário)

(preencher nome completo ou razão social por extenso)

TOTAL COMUNICACAO PUBLICIDADE E PRODUcoes ARTISTICAS LTDA

CPF (se PF)	Nº da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão / /	Sexo	1 - Feminino 2 - Masculino
CNPJ (se PJ) 11.077.893/0001-90	Forma de Constituição	Documento Constitutivo	Data de Constituição 30/07/2009	Esfera	1 - Municipal 2 - Estadual 3 - Federal	
Tipo de mov. Conta (se PJ) I	O – Indica os poderes do representante / procurador no campo “Observações / Fontes de referência consultadas” C – Em conjunto I – Isolada			Data término mandato / Validade da procuração / /		
Logradouro e bairro R ELMO CEREJO FARIAS 51 A						
Cidade SALVADOR	País BRASIL	UF BA	CEP 43.700-000	DDD/Telefone 71 3505-7100		
E-mail						

2 - Valor Caucionado

Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)
362,00 (TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS)

Forma de Pagamento **2** 1 – Cheque
2 - Dinheiro

Informar os dados seguintes quando o recebimento ocorrer em cheque

Nº Banco	Nº Cheque	Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)
----------	-----------	---

Histórico

Para garantia de

EDITAL CONCORRÊNCIA 007/2009 CEL/MC

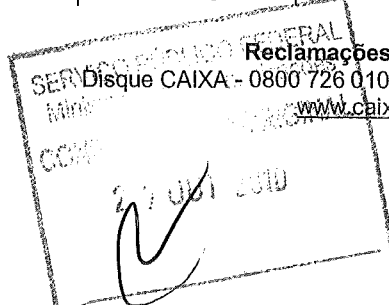
3 - Credor (neste caso é o Favorecido)

(preencher nome completo ou razão social por extenso)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES/COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CPF (se PF)	Nº da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão / /	Sexo	1 - Feminino 2 - Masculino
CNPJ (se PJ)	Forma de Constituição	Documento Constitutivo	Data de Constituição	Esfera	1 - Municipal 2 - Estadual	

37.035 v003 micro



Reclamações e Sugestões

Disque CAIXA - 0800 726 0101 Ouvidoria - 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

1

		/ /	3 - Federal	
Tipo de mov. Conta (se PJ)	O – Indica os poderes do representante / procurador no campo "Observações / Fontes de referência consultadas" C – Em conjunto I – Isolada			Data término mandato / Validade da procuração / /
Logradouro e bairro ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO "R" – SALA 104 – SOBRELOJA, ED SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES				
Cidade BRASÍLIA	País BRASIL	UF DF	CEP 70.094-900	DDD/Telefone ()
E-mail				

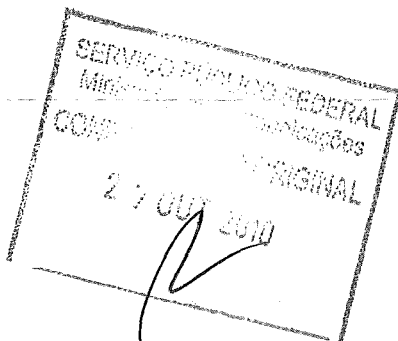
4 - Observações**5 - Condições Gerais**

A importância caucionada poderá ser liberada com autorização expressa do caucionário ou beneficiário, conforme o caso, disponível no módulo II do MO 37035 ou através de ofício expedido pelo beneficiário, ou ainda, por determinação judicial. Esta importância também poderá ser retida a título de multa, conforme previsão em edital ou documento competente. Na ocorrência de a CAIXA figurar como beneficiária, a caução depositada poderá ser levantada a título de indenização, sem a autorização dos caucionários, se estes, convocados por Edital e decorridos 5 dias úteis da convocação não saldarem seus débitos. O saldo da conta recebe remuneração "pro rata die" pelo mesmo índice de remuneração básica da poupança.

MARLOS RAMOS COELHO
Gerente de Relacionamento
Matr. 057.464-6
Ag. Boulevard Financeiro/BA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Local/Data

Assinatura sob carimbo do Gerente



45
730



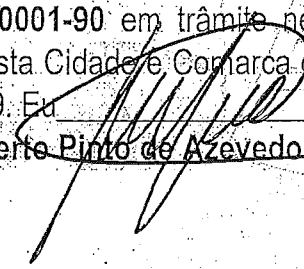
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SIMÕES FILHO-BAHIA
VARA DOS FEITOS DE RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS

VARA CÍVEL E COMERCIAL DA
COMARCA DE SIMÕES FILHO-BAHIA
Av. Atlântico de A. Ramos s/nº
EP: 45700-000 Simões Filho-Ba
Tel: 396-1388 Fax: 396-960

CERTIDÃO

Eu, Paulo Roberto Pinto de Azevedo, Escrivão da Única Vara Cível e Comercial da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, na forma da Lei etc.

CERTIFICO que revendo os livros de **REGISTRO** e bem assim o arquivo e fichário, sob a minha guarda e responsabilidade, constatei que não existe nenhuma ação de natureza **CÍVEL, FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** contra **TOTAL COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ nº 11.077.893/0001-90** em trâmite neste Juízo. O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Simões Filho, aos **18** dias do mês de novembro do ano de 2009. Eu,  Escrivão, subscrevi.

Paulo Roberto Pinto de Azevedo

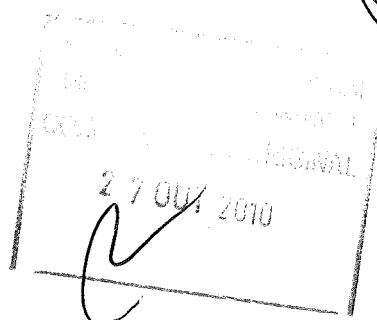
ssp

Prazo de validade: 30 (trinta) dias.



Dulcinea Ferreira Fiel
Sub. Tabeliã Desig
Darcilene A. Atanazio Tabeliã

REGULARIDADE FISCAL



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



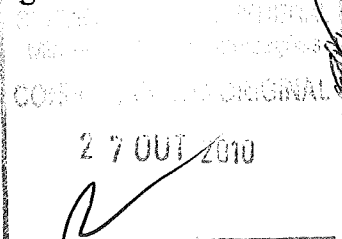
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.077.893/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/07/2009
NOME EMPRESARIAL TOTAL - COMUNICACAO, PUBLICIDADE E PRODUcoes ARTISTICAS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TOTAL FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R ELMO CEREJO FARIAS	NÚMERO 51 A	COMPLEMENTO SALA 103 QUADRA02	
CEP 43.700-000	BAIRRO/DISTRITO CIA	MUNICÍPIO SIMÕES FILHO	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/07/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.			
Emitido no dia 22/10/2009 às 17:37:54 (data e hora de Brasília).			

Voltar

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante... 22/10/2009





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comunicação
48
11.077.893/0001-90

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 957402009-04001010

Nome: TOTAL - COMUNICACAO, PUBLI E PROD ARTISTICAS LTDA

CNPJ: 11.077.893/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Esta certidão, emitida em nome da matriz é válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa do INSS, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as inscrições em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão tem as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, e alterações, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples, inclusive a decorrente de cisão total, fusão ou incorporação.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

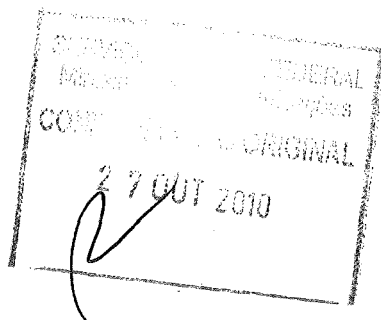
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida em 19/11/2009.

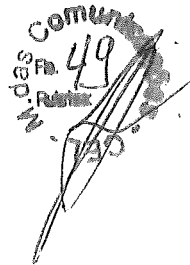
Válida até 18/05/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Assinaturas manuscritas de diversos funcionários públicos.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11077893/0001-90
Razão Social: TOTAL COMUNICACAO PUBLICIDADE E PRODUcoes ARTISTICAS LT
Nome Fantasia: TOTAL FM
Endereço: RUA ELMO CEREJO FARIAS 51A SALA 103 QUADRA 02 / CIA / SIMOES FILHO / BA / 43700-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

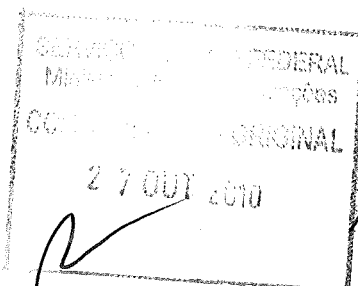
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/11/2009 a 18/12/2009

Certificação Número: 2009111911584053935104

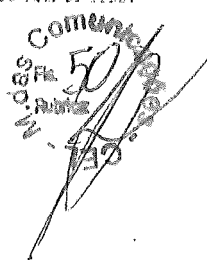
Informação obtida em 19/11/2009, às 15:30:55.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





Receita Federal

**CERTIDÃO CONJUNTA**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TOTAL - COMUNICACAO, PUBLICIDADE E PRODUcoes ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 11.077.893/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 14:48:48 do dia 04/11/2009 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/05/2010.

Código de controle da certidão: **0E72.E885.EA64.00B6**

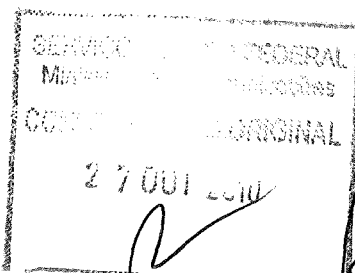
Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta



Preparar página
para impressão



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)



Certidão Nº: 2009658667

RAZÃO SOCIAL	
TOTAL - COMUNICACAO, PUBLICIDADE E PRODUcoes ARTIS	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
083.903.728	11.077.893/0001-90

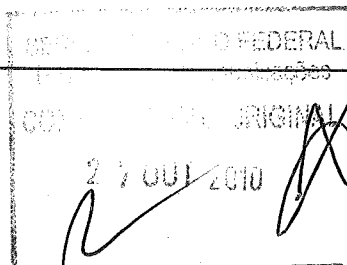
Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 04/11/2009, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE TRIBUTOS

Comunicado
nº 52
de 19/11/2009
Diretoria

Certidão Negativa de Débito

Contribuinte: **TOTAL - COMUNIC,PUBLIC. E PROD. ARTISITICAS LTDA**

Endereço: **AVN ENG. ELMO SEREJO DE FARIAS , 3178, ANT 51-A ESCR VIRTUAL, CIA I, SIMOES FILHO/BA**

CEP: 43700-000

Inscrição Econômica: **0009411** CNPJ/CPF: **11.077.893/0001-90**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**, conforme preceitua o Artigo 609 parágrafo 1º da Lei 647 de 27/12/2002 - Código Tributário do Município, combinado com o disposto no artigo 205 da Lei Federal nº 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional, **CERTIFICA** que o contribuinte, acima identificado, **EM RELAÇÃO AO OBJETO DA CERTIDÃO**, encontra-se em situação regular perante a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL**.

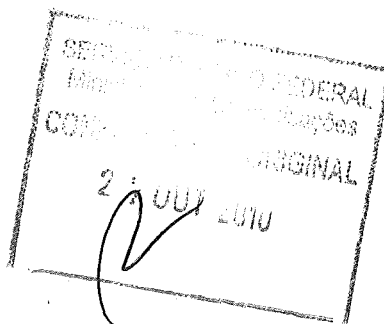
A presente Certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal de Finanças, conforme prerrogativa legal prevista no artigo 199 parágrafo 3º da Lei nº 634, de 27/12/2001 e Incisos I a IX do Artigo 149 da Lei Federal Nº 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional.

Certidão emitida em **19/11/2009 às 11:48:41**.

Válida até 19/12/2009

Para verificar autenticidade dessa certidão acesse o sítio da **Secretaria Municipal da Fazenda de Simões Filho** (<http://sefaz.simoesfilho.ba.gov.br>).

Código de autenticidade: **19BB3850D6CD9F68AFE9D5FF1B2D4CFE**




[Handwritten signatures and marks]

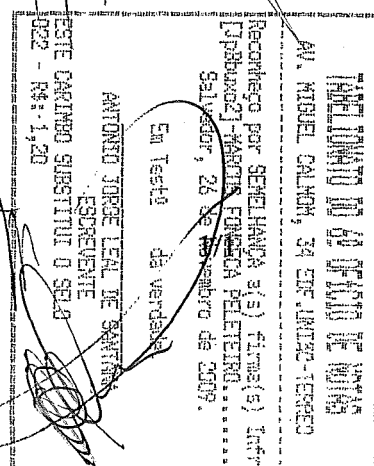
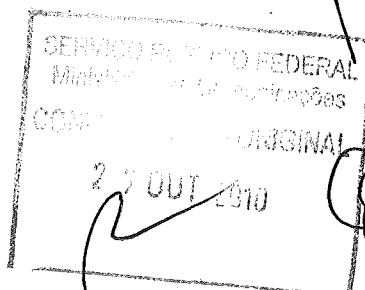
Comunicações
53
Rúbrica

PROCURAÇÃO

TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas LTDA. sediada na Rua Elmo Cerejo Farias, nº 51ª, sala 103, quadra 02, no Município de Simões Filho, Estado da Bahia, CEP-43.700-000, inscrita do CNPJ sob o nº 11.077.893/0001-90, através do seu Representante Legal, abaixo assinado, nomeia e constitui seus bastantes procuradores o **Sr. Uelito Everaldo Souza Ribeiro**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 036.797.995-00 e RG nº. 79144314-SSP-BA, com endereço na Rua Leolinda Bacelar Lima, 338, Kalilândia, Feira de Santana-Bahia, CEP: 44025-100, a **Sra. Sandra Roque de Miranda Brasileira**, casada, Consultora, CPF/MF nº 516.174.631-91 e RG nº. 1080431-DF residente e domiciliada na Quadra 9, Bloco C, Ap.301, Ed. Vila do Sol,3, CEP- 72870-090, Valparaíso - GO, e o **Sr. Romano Augusto Lago Ribeiro**, brasileiro, solteiro, Técnico, CPF/MF nº. 022.855.365-26, RG nº. 11483354-04/SSP-BA, residente e domiciliado na Rua Miguel Gustavo, 576, Ed. Cajaíba, ap. 1003, Brotas, Salvador/Bahia, aos quais confere poderes para representá-lo em todos os atos da Concorrência 007/2009-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Simões Filho (BA), 16 de novembro de 2009.


Marcus Fonseca Peleteiro
Representante Legal
CPF: 509.619.345-49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 15 de Novembro de 2009
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABILITACAO

INTERPRINT LTDA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 807254700

PROIBIDO PLASTIFICAR 807254700

NOME: UELITO EVERALDO SOUZA RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: 79144314 SSR BA

CPF: 036.797.995-00 DATA NASCIMENTO: 18/08/1950

FILIAÇÃO: ALCIDES NORBERTO MARIA ADALECIA DE SOUZA

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 02064968324 VALIDADE: 26/10/2011 1ª HABILITAÇÃO: 05/07/1974

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR:

LOCAL: SALVADOR, BA DATA EMISSÃO: 08/11/2006

Assinado: Ivanildo Bachion Dias, Diretor Geral 64892456416 BA013113809

ASSINATURA DO EMISSOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

12o. Ofício de Notas - Salvador/BA
 Confere com o original que me foi
 apresentado. Dou fe.
 Salvador, 12 de Novembro de 2009
 GILVAN RUSMAD DE ABREU - ESCRIVENTE
 ESTE CARIMBO SUBSTITUI O SELO

54
 120

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 COMPROVANTE ORIGINAL
 22 OUT 2010

[Handwritten signatures and marks]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

55
Fis. 55
Rubrica

ATA DE REUNIÃO Nº 155/2009

**SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,
PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)**

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL 206

LOCALIDADE: ITAGIBÁ/BA

Ao 01 (primeiro) dia do mês de dezembro de 2009, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 18 de setembro de 2009, Seção "3", Número 179, Página 103, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 – **RÁDIO CLUBE DE SALVADOR LTDA.**, CNPJ nº 15191232/0001-41, 2 – **SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 11323161/0001-18, 3 – **LMG COMUNICAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 04503472/0001-18, 4 – **TOTAL COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.**, CNPJ nº 11077893/0001-90, 5 – **NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.**, CNPJ nº 08797923/0001-28, 6 – **ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, CNPJ nº 10321326/0001-74. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos. (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pela comissão eleita pelos representantes legais das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por invólucro: 1) **RÁDIO CLUBE DE SALVADOR LTDA.**, (69 páginas), 2) **SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, (32 páginas), 3) **LMG COMUNICAÇÕES LTDA.**, (55 páginas), 4) **TOTAL COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.**, (50 páginas), 5) **NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.**, (57 páginas), 6) **ANRE**

Eriko M. Domenici
CEL. - MC

Ata de Reunião nº 155/2009 - Conc. nº 007/2009 - CEL/MC - Página 1 de 3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
ORIGINAL

27 OUT 2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

56
15/09/2009

PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., (79 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo *starlock* de números 4586875 (Propostas Técnicas) e 4586874 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote de cor verde tipo *snapseal* sob o n.º 0009363, e mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado aos proponentes que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) **O Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação.** (8) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes intercorrências: **a)** A Comissão Especial de Licitação propôs aos licitantes presentes a formação de comissão composta de 03 (três) concorrentes para assinatura dos documentos de habilitação, o que foi aceito sem nenhuma objeção, sendo designadas as seguintes pessoas: o **Sr. JOSÉ EDSON DA SILVA**, representando a licitante SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA; a **Sra. MARIA LUCIA TENORIO DO NASCIMENTO**, representando a licitante LMG COMUNICAÇÕES LTDA.; e a **Sra. VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA**, representando a licitante ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão as 10h15 (dez horas e quinze minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

JOSE ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

Representantes ou Procuradores

1 - RÁDIO CLUBE DE SALVADOR LTDA.
CNPJ nº 15191232/0001-41

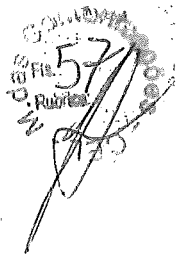
2 - SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 11823161/0001-32

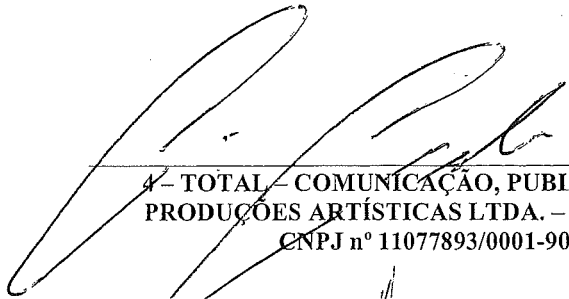
3 - LMG COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 04503472/0001-18

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. ORIGINAL
27 OUT 2010

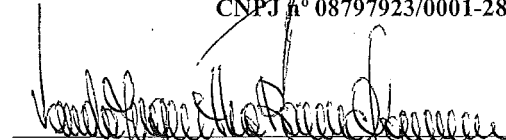


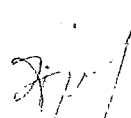
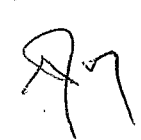
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO




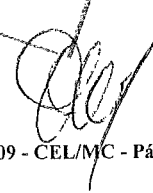

4 - TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E
PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. - TOTAL FM
CNPJ nº 11077893/0001-90


5 - NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.
CNPJ nº 08797923/0001-28


6 - ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ nº 10321326/0001-74


Erlito M. Domenici
CEL. - MG

RECEBUEMOS
MUNICÍPIO DE
CONFEDERAÇÃO
27 OUT 2009
FEDERAL
ções
ORIGINAL








MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 01/02

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 01/12/2009

Eriko M. Domenici
CEL - MC

SERVIÇO: FM - CANAL: 206 CLASSE: C GRUPO: A LOCALIDADE(S): ITAGIBÁ - BA

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
01	RADIO CLUBE DE SALVADOR LTDA 15191232/0001-41	LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS 02-612745-72	<i>Luiz Adolfo</i>	<i>Luiz</i>	07135055000 LUIZ.ADOLEF @RADIO.METRO POL. COM. BR
02	SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA 11.323161/0001-32	JOSÉ EDSON DA SILVA 614.134.614-68	<i>Jose Edson da Silva</i>	<i>Jose</i>	EDSON.SILVA.A @HOTMAIL. COM 819986-0240
03	LMG Comunicações Ltda 04.503.472/0001-18	MARCOS BUENA FERRAZ DO NASCIMENTO	<i>Marcos</i>	<i>Marcos</i>	mgfrc@ ferra.com.br 323-1608(61)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 02/02

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 01/12/2009

SERVIÇO: FIM - CANAL: 206 CLASSE: C GRUPO: A LOCALIDADE(S): ITAGIBA - BA

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ	Nome do representante legal ou Procurador e CPF	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
4	TOTAL COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA=11077.898/0001-90	Volto Eduardo Souza Ribeiro 036797995-00			infra-entace @terra.com.br 71/9138-3317
5	NOSSA RÁDIO DE TERESINA LTDA 08737923/0001-28	FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA FERREIRA 003671886-60			Frederico.pereira.21@ bolmci.p.com (71) 9152-9726
6	ANPE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ nº 10.321.326/0001-74	VAUDA JAGORTAA BONNA NOGUEIRA CPF nº 126.480.781-34			vaudatonica@ guarantia.su.br (01) 33279264

Nesta data, anexei aos autos do processo de nº 53000029524109 a seguir constituída de 3 a documentação 60164 folhas, que assim numerei: 02 / 12 / 09

Nome: _____

Assinatura: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
22.0891-10

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
27 OUT 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



AValiação de documentação de habilitação N.º
086/2009

PROCESSO : 53000 059524/2009-10
LICITANTE : TOTAL COMUNICAÇÕES PUBLICIDADE E
PRODUÇÕES ARTISITCAS LTDA.
CONCORRÊNCIA : 007/2009
LOCALIDADE : ITAGIBÁ - BA

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
4.1	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	X	-	-	08/ 11	-
4.1	Com sede e administração no País.	X	-	-	08/ 11	-
4.1	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	X	-	-	08/ 11	-
4.1.1	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-	-	X	-	-
4.2.1	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).	-	-	X	-	-
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	X	-	-	08/ 11	-
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).	-	-	X	-	-





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL
Rubrica
61
das Comunicações

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais.	X	-	-	08	
5.1.1.2	Ata de eleição da Diretoria (dispositivo aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-
5.1.1.3	Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.1.4	Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.3	Declaração conforme Anexo I.	X	-	-	15	-
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X	-	-	16	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congênere.	X	-	-	38	-
5.2.1	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).	-	-	X	-	-
5.2.2	Balanço de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).	X	-	-	40	-
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).	-	-	X		-
5.2.3 e 5.2.3.2	Caução em dinheiro equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, feita junto à Caixa Econômica Federal em formulário específico (dispositivo não aplicável se a licitante optou por carta de fiança bancária).	X	-	-	42/ 43 44	-
5.2.5 "b"	Índice de solvência $\geq 1,0$	X	-	-	40	1

27/09/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL.
Rubrica
62
das Comunicações

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	X	-	-	45	-
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X	-	-	47	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	X	-	-	49	-
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	X	-	-		-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	50	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	51	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	52	-

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A SÓCIA IRENE OLIVEIRA SANTANA

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	12	-

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	14	-

[Assinatura]
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
27/01/2010

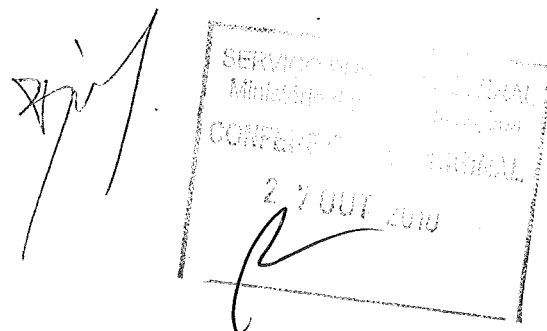


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL. N.º 63
das Comunicações
Rubrica

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO MARCUS FONSECA
PELETEIRO(DIRIGENTE)**

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	13	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	24	-
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	24	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	23/ 27	-
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	23/ 26	-
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	25/ 28	-
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i>).	-	-	X	-	-
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	36	-





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere a proponente **TOTAL COMUNICAÇÕES PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA Ltda.** **HABILITADA** para a Concorrência 007/2009-CEL/MC.

Brasília (DF), 2 de dezembro de 2009.

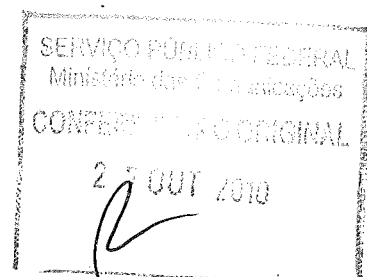
RUSSIL DE BEM
ASSISTENTE JURIDICA

Em 02 de Dez. de 2009.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da **AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º 086/2009** de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

¹ IS= 100.000. O balanço de abertura da licitante foi elaborado sem a utilização das contas do passivo circulante (obrigações e encargos com vencimento no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial) e do exigível a longo prazo (obrigações e encargos com vencimento após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial), o que significa que seu grau de endividamento é 0 (zero), o que é esperado, haja vista tratar-se de empresa sem atividade econômica, criada para disputar licitações de radiodifusão. O procedimento é correto, vez que nas demonstrações contábeis somente são discriminadas as contas em uso, eis que elencadas conforme a ordem crescente dos prazos esperados de realização (contas do ativo) ou a ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados (contas do passivo), conforme subitem 3.2.2.2 da NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomeclatura das Demonstrações Contábeis, do Conselho Federal da Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC N.º 686/90. Vale dizer, que conforme subitem 5.2.5 do edital se PC+ELP=0, será considerado o fator 1 como divisor.



Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53000.059524/09 a documentação
a seguir especificada: 63 (três) folhas,
que estão no material 65 à 67
Data: 04 / 12 / 09
Normas: _____
Assinatura: Im





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL/MC
65
12/12/2009

ATA DE REUNIÃO Nº 165/2009

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2009, às 14h:30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R,” Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros titulares Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de “**habilitação**” de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA (S) Nº(s)	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nº(s)
007/2009-CEL/MC	082, 083, 084, 085, 086 e 087/2009


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

Publicado no DOU de 04/12/2009

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE
PORTO ALEGRE S/A****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo de Cooperação firmado entre Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB e Viação Canoense S.A. - VICASA. OBJETO: Aditamento de prazo por mais 12 meses a contar de 10 de outubro de 2009.
Processo Administrativo n.º 1508/2008.
Assinatura: 10/10/2009

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 01.120.026/2008-A**

Primeiro Termo Aditivo firmado com PLACOMP - SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL. OBJETO: Aditar o contrato para prorrogar seu prazo por mais 12 meses e reajustar o valor global para R\$ 268.437,93 (duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos), a contar de 10/11/2009, tudo em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, consolidada.
Processo Administrativo n.º 0804/2008
Assinatura: 10/11/2009

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 08.110.023/2008-A**

Primeiro Termo Aditivo firmado com MICROSENS LTDA. OBJETO: Aditar o contrato para prorrogar seu prazo por mais 12 meses e reajustar o valor global para R\$ 83.900,00 (oitenta e três mil e novecentos reais), a contar de 27/10/2009, tudo em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93, consolidada.
Processo Administrativo n.º 0572/2008
Assinatura: 27/10/2009

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Toma público a inexigibilidade de licitação para aquisição de tampas para sensor de velocidade, pinos de arraste da roda dentada e arruelas de trava do pino para os carros motores e carros reboques, concedido a empresa FAIVELEY TRANSPORT DO BRASIL S/A, no valor total de R\$ 6.353,60 (seis mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), com base no Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.
Processo nº 2287/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009.
FRANCISCO GOULART GROSSO
Chefe do Setor de Compras

Toma público a inexigibilidade de licitação para aquisição de software, concedido a Multiplus Tec. e Com. Ltda, no valor total de R\$ 3.336,00, com base no Artigo 25, Inciso II, da Lei 8.666/93.
Processo nº 2446/2009.

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 312/2009**

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 17 de dezembro de 2009, às 10h30', na Sala de Licitações no 2º andar do Prédio Administrativo, se dará o ato de recebimento de envelopes e a abertura de propostas do pregão presencial em epígrafe, cujo objeto é Substituição das Cancelas das Estações e das Gavetas dos Guichês das Bilheterias, conforme Anexo 01 do Edital. Maiores informações pelo fone (51) 3363.8115 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo 2359/2009.

Porto Alegre, 2 de dezembro de 2009
JAIR BERNARDO CORRÊA
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 333/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 16 de dezembro de 2009, às 14h, na Sala de Licitações no 2º andar do Prédio Administrativo, se dará o ato de recebimento de envelopes e a abertura de propostas do pregão presencial em epígrafe, cujo objeto é Fornecimento e instalação de sistemas de alarmes contra furtos e danos, conforme Anexo 01 do Edital. Maiores informações pelo fone (51) 3363.8247 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo 2414/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009
PEDRO ZOTTIS NETO
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 289/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 17 de dezembro de 2009, às 13h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas aplicativos, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2519/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009.
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 321/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 16 de dezembro de 2009, às 08h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Fornecimento de serviços de revisão geral das instalações, fixas de duas redes de rádio do sistema de telecomunicações, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8212 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2301/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009.
NARA JOYCE CORREA OLINTO
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 331/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 15 de dezembro de 2009, às 08h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRUZETAS, CABO DE AÇO, BLOCO TERMINAL, PONTA DE CONTATO, ÁRVORE ANTIBALANÇANTE E ASSENTO DO ANEL de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8246 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2425/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009.
GABRIEL GROSS D'AMICO
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 16 de dezembro de 2009, às 13h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Serviço de eficiência energética de plaformas, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2476/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009.
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 327/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 18 de dezembro de 2009, às 08h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h00h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DO CAMINHÃO RODOFERROVIÁRIO, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h30h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8212 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2354/2009.

Porto Alegre, 3 de novembro de 2009.
NARA JOYCE CORREA OLINTO
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 328/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 16 de dezembro de 2009, às 08h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de perfil, junta plana, segmento e anel guia, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8247 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2432/2009.

Porto Alegre, 3 de dezembro de 2009.
PEDRO ZOTTIS NETO
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 334/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 18 de dezembro de 2009, às 10h00' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 10h30h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE RÁDIOS TRANSCETORES PARA OS TRENS, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 10h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8212 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 1667/2009.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 335/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 17 de dezembro de 2009, às 08h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: MATERIAL GRÁFICO, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8212 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2422/2009.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 339/2009

Toma público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 16 de dezembro de 2009, às 13h30' se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de Uniformes, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8212 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2330/2009.

Porto Alegre, 3 de novembro de 2009.
NARA JOYCE CORREA OLINTO
Pregoeira

Ministério das Comunicações**GABINETE DO MINISTRO****EXTRATO DE CONTRATO**

PARTES: União e Rádio Dourado FM Ltda. ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 496, de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2006.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

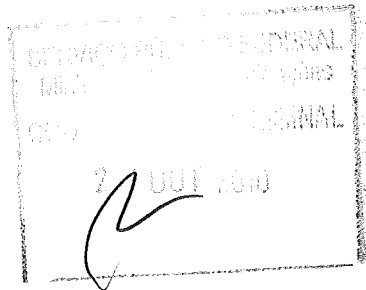
DATA E ASSINATURA: 3 de dezembro de 2009. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Dirceu Fracaro - Sócio-Gerente da Rádio Dourado FM Ltda.

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção no subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 07 a 11 de dezembro de 2009, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 14 de dezembro de 2009, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.





ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 016/2009-CEL/MC, Localidade de Olho D'Água das Cunhãs/MA

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
COMUNICAÇÕES MARANHENSES LTDA-ME	FM	53000.058819/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.058818/09	HABILITADA
FABIANO OLIVEIRA SOUZA & CIA. LTDA.	FM	53000.058820/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 07 a 11 de dezembro de 2009, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 14 de dezembro de 2009, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 2 de dezembro de 2009,
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 025/2009-CEL/MC, Localidade de Montes Claros/MG

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
REDE ILHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.059092/09	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.059091/09	HABILITADA
MÓDULO COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53000.059093/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 07 a 11 de dezembro de 2009, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(n) ao final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, cliente(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local. Edital nº: 070-0083/2009: JUNIOR CESAR PAPA, CPF 101.677.208-48, Fiel nº 80300164688, Receita 1553, Processo nº 53545.000422/2001, Ano do Débito 2003. Edital nº: 070-0084/2009: CEVA - CERVEJA VALE DO ARAGUAIA LTDA, CNPJ 01.569.036/0001-53, Fiel nº 50003325555, Receita 1550, Processo nº 53545.000181/2002, Ano do Débito 2005. Edital nº: 070-0085/2009: LAERCIO CONSTANTINO FERREIRA, CPF 650.621.241-15, Fiel nº 80300166036, Receita 1555, Processo nº 53545.000023/2003, Ano do Débito 2006. Edital nº: 070-0086/2009: EURÍPEDES MIGUEL FERNANDES, CPF 040.180.871-87, Fiel nº 13020379512, Receita 1550, Processo nº 53542.000423/2000, Ano do Débito 2005. Edital nº: 070-0087/2009: PAULO R SILVA - ME, CNPJ 00.333.136/0001-13, Fiel nº 50004669428, Receita 1550, Processo nº 53542.000010/2002, Ano do Débito 2003. Edital nº: 070-0088/2009: ENGENET REDES E SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO LTDA, CNPJ 37.666.005/0001-68, Fiel nº 50001514539, Receita 1550, Processo nº 53542.000300/1999, Ano do Débito 2005. Edital nº: 070-0089/2009: F A DE ALENCAR E CIA LTDA, CNPJ 38.133.427/0001-30, Fiel nº 80300453305, Receita 1555, Processo nº 53542.001113/2000, Ano do Débito 2004. Edital nº: 070-0090/2009: LUIZA RAMOS DA CRUZ, CPF 384.779.041-20, Fiel nº 80300167350, Receita 1555, Processo nº 53545.000433/2001, Ano do Débito 2002.

Em 3 de dezembro de 2009
RUIMAR DIAS DOS SANTOS
Gerente do Escritório

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 12/2009-ER07

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, com Escritório Regional em Goiás, sito à Rua 13, nº 618, Setor Marista, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0010-03, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de preço único presencial, no dia 16/12/2009, na cidade de Goiânia/GO, às 09h00 (horário local), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, segurança física e patrimonial, a serem executados no Escritório Regional da Anatel no Estado de Goiás (ER07), conforme especificações e condições deste Edital e seus Anexos, que estará à disposição dos interessados a partir do dia 04/12/2009 na sede do Escritório Regional da Anatel/GO, no endereço citado acima, e no endereço de internet: www.anatel.gov.br. Caminho: Interação com a sociedade-licitações-Editais em Andamento-de aquisição/alienação.

BRUNO COSTA
Pregoeiro

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE CONTRATO ER02-Nº 13/2009-ANATEL

Contratada: PRECISA RECORTES ELETRÔNICO LTDA.; Data de assinatura: 25/11/2009; Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de fornecimento de recortes de informações forenses diárias, através de publicações no Diário da Justiça - Seções I (Estadual) e II (Federal) do Estado do Rio de Janeiro - RJ, Diário da Justiça - Seções Judiciais de Brasília-DF e Diário da Justiça do Estado do Espírito Santo - E.S., todas em nome da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, com vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2009; Programa de Trabalho: 24.122.0750.2000.0001; Elemento de Despesa: 339039; Valor total do contrato: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais). Desembolso estimado no exercício de 2009: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) Processo: 53508.011.821/2009.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 20-0035,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2009

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(n) no final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, cliente(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 14 de dezembro de 2009, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 007/2009-CEL/MC, Localidade de Itagibá/BA

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.059528/09	HABILITADA
ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	FM	53000.059522/09	HABILITADA
TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	FM	53000.059524/09	HABILITADA
SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.059528/09	NAO HABILITADA
RÁDIO CLUBE DE SALVADOR LTDA.	FM	53000.059523/09	NAO HABILITADA
LMG COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.059527/09	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 07 a 11 de dezembro de 2009, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 14 de dezembro de 2009, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c §5º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 3 de dezembro de 2009,
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 020/2009-CEL/MC, Localidade de Setubinha/MG

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.059727/09	HABILITADA
SISTEMA SETUBINHENSE DE RÁDIOFIDUCIAO LTDA.	FM	53000.059728/09	HABILITADA
SAO LTDA.	FM	53000.059729/09	HABILITADA
TING LTDA.	FM	53000.059730/09	NAO HABILITADA
SISTEMA PONTO COM DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.059730/09	NAO HABILITADA

do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

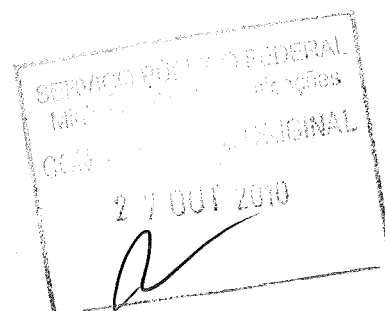
CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Fiel	Número de RADO
33004170744	LUIZ CARLOS ALBANO	80302068600	535080028872009

WERNER STEINERT JUNIOR
Gerente do Escritório

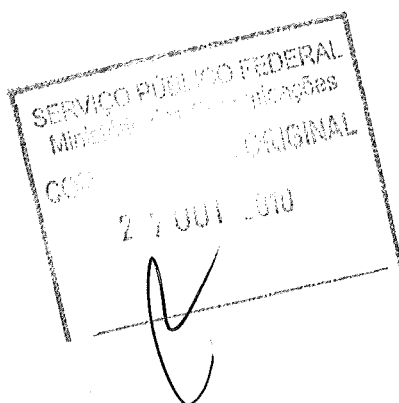
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e a TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 94.475.555/0001-33, ESPÉCIE: TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 13/2009/PVCP/SPV-ANATEL, decorrente do Ato nº 5.774, de 05 de outubro de 2009, publicado no D.O.U. de 07 de outubro de 2009, e do Ato nº 6195, de 27 de outubro de 2009, publicado no D.O.U. de 29 de outubro de 2009. OBJETO 1: Outorga à TELCOM TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 94.475.555/0001-33, de Autorização de direito de uso dos canais de radiofrequência associados ao Serviço Móvel Especializado - SME, sem exclusividade, a título oneroso, em caráter secundário, nos seguintes canais de radiofrequências e localidades do Estado de São Paulo, pertencentes à Área de Registro 11: na localidade de São Paulo, o direito de uso das radiofrequências correspondentes aos 60 (sessenta) canais: 401, 402, 403, 411, 412, 413, 421, 422, 423, 431, 432, 433, 441, 442, 443, 451, 452, 453, 461, 462, 463, 471, 472, 473, 481, 482, 483, 491, 492, 493, 501, 502, 503, 511, 512, 513, 521, 522, 523, 531, 532, 533, 541, 542, 543, 551, 552, 553, 561, 562, 563, 571, 572, 573, 581, 582, 583, 591, 592 e 593; na localidade de Jundiaí, o direito de uso das radiofrequências correspondentes aos 30 (trinta) canais: 404, 414, 424, 434, 444, 454, 464, 474, 484, 494, 504, 505, 514, 515, 524, 525, 534, 535, 544, 545, 554, 555, 564, 565, 574, 575, 584, 585, 594 e 595. OBJETO 2: Implementação da realocação de canais da área de registro 11, prevista no Ato nº 47.362, de 20 de outubro 2004, como Aditivo ao Termo Nº 077/2008/PVCP/SPV - ANATEL, da seguinte maneira: no Município de São Paulo, substituindo as radiofrequências correspondentes aos canais: 426, 436, 466, 476, 506, 516, 546, 556, 586 e 596 pelas correspondentes aos canais: 505, 515, 525, 535, 545, 555, 565, 575, 585 e 595 e; no Município de Jundiaí, substituindo as radiofrequências correspondentes aos canais: 2, 12, 22, 32, 42, 52, 62, 72, 82, 92, 102, 112, 122, 132, 142, 152, 162, 172, 182, 192, 208, 218, 228, 238, 248, 258, 268, 278, 288, 298, 308, 318, 328, 338, 348, 358, 368, 378, 388, 398, 407, 417, 427, 437, 447, 457, 467, 477, 487,



Nesta data anexe aos autos do processo de
nº 53600.059524/2009 a documentação
a seguir constituída de 01 folhas,
que assim numerei: 68 / 1
Data: 10 / 02 / 2010
Nome: _____
Assinatura: _____





Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Fundação Rádio e TV Educativa COC.
ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 29 de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2003.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

DATA E ASSINATURA: 21 de dezembro de 2009. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Nilson Curti - Procurador da Fundação Rádio e TV Educativa COC.

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o subitem 11.8 do Edital da Concorrência nº 024/2001-SSR/MC, convoca os licitantes e demais interessados para participarem da reunião de sorteio público entre as proponentes que empataram com o maior valor ponderado, na definição da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão na localidade de IGUAÍBA GRANDE, no Estado do Rio de Janeiro; as proponentes RÁDIO ULTRA FM LTDA. e COOP-MÍDIA PROPAGANDA E MARKETING LTDA. Essa sessão será realizada no dia 15 de janeiro de 2010 às 14:30 horas, na Sala 110, sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF.

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 080/2000 - SSR/MC, RÁDIO ALVORADA LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 2283-2.17/2009, que opina pela anulação do ato da Comissão Especial de Licitação que a considerou habilitada, 2ª classificada para a(s) localidade(s) de Bom Jesus do Tocantins no Estado do Pará.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 127/2000 - SSR/MC, RÁDIO TROPICAL FM LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER/AGU/CONJUR-MC/AC/Nº 2294-2.17/2009, que opina pela anulação da licitante declarada vencedora para a(s) localidade(s) de Flor Rica no Estado de São Paulo.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 5 de janeiro de 2010.

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 047/2000 - SSR/MC, IEA COMUNICAÇÕES LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor da NOTA/AGU/CONJUR-MC/TFC/Nº 1330-2.17/2009, que opina por sua desclassificação superveniente para a(s) localidade(s) de Sena Madureira no Estado do Acre.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o subitem 11.8 do Edital da Concorrência nº 010/1998-SSR/MC, convoca os licitantes e demais interessados para participarem da reunião de sorteio público entre as proponentes que empataram com o maior valor ponderado, na definição da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão na localidade de CALDAS NOVAS, no Estado de Goiás; as proponentes REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. e RÁDIO E TELEVISÃO DI ROMA LTDA. Essa sessão será realizada no dia 15 de janeiro de 2010 às 14:30 horas, na

Sala 110, sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF.

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 099/2001 - SSR/MC, RÁDIO CIDADÃ LTDA. e SISTEMA NUNES DE COMUNICAÇÃO LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor da NOTA/AGU/CONJUR-MC/TFC/Nº 1304-2.20/2009, que opina pela anulação do ato da Comissão Especial de Licitação que as considerou

habilitadas para a(s) localidade(s) de Sooretama, Itarana, Montanha e Vila Valério no Estado do Espírito Santo.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s) Único.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA DESCLASSIFICAÇÃO

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
001/2009	AL	Traipu	FM	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s) Único.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
004/2009	AM	Codajás	FM	Fronteira Materiais de Construção Ltda.	Nortão Comunicação e Publicidade Ltda.
004/2009	AM	Codajás	FM	Fronteira Materiais de Construção Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
004/2009	AM	Codajás	FM	Fronteira Materiais de Construção Ltda.	Rádio Jovem Prata Ltda.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s) Único.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
007/2009	BA	Itagiba	FM	LMG Comunicações Ltda.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s) Único.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
013/2009	GO	Cidade Ocidental	FM	Rede 21 Comunicações Ltda.	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.
013/2009	GO	Cidade Ocidental	FM	Rede 21 Comunicações Ltda.	Empresa de Comunicação Urso Maior Ltda.
013/2009	GO	Cidade Ocidental	FM	Rede 21 Comunicações Ltda.	Sanvi Radiodifusão Transmissão e Comunicação Ltda.
013/2009	GO	Cidade Ocidental	FM	Rede 21 Comunicações Ltda.	Televisão Ouro Verde Ltda.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s) Único.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

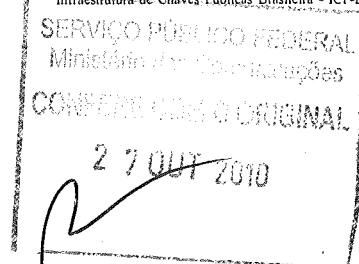
ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
016/2009	MA	Olho D'Água das Cunhas	FM	Fabiano Oliveira Souza & Cia Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010010800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53000-059524/09a documentação
a seguir constituída de 01 (uma) folhas,
que assim numerar: 69
Data: 30 / 04 / 2010
Nome: _____
Assinatura: fu

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
27 OUT 2010



Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 005-2010/DT. OBJETO: Empréstimo de 31.500 (trinta e um mil e quinhentos) metros de trilhos lineares sensíveis, na medida TR-45 e demais materiais empregados no trecho ferroviário VLT, na cidade de Campinas - São Paulo, tais como: AMVS, dormentes, fixações e placas de apoio. Bens a serem empregados na recuperação e manutenção do Trem Metropolitano de Maceió, no estado de Alagoas. VALOR: R\$1.829.215,85 (um milhão, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos). PRAZO: 20 (vinte) anos. DATA DA ASSINATURA: 05 de junho de 2010. MUTUÁRIA: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. SIGNATÁRIOS: Diretor Presidente: Elinaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor Técnico: Marcus Vinícius Quintela Cury. MUTUANTE: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT. SIGNATÁRIOS: Diretor Geral: Luiz Antônio Pagot. Diretor de Infraestrutura Ferroviária: Genildo Lourenço de Souza Neto.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8.140.007/2006-D

Quarto Termo Aditivo firmado com PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A OBJETO: Aditar o contrato originário para prorrogar o prazo de fornecimento por mais 12 (doze) meses, a contar de 19 de abril de 2010, consoante disposição legal contida no art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. O valor estimado deste aditamento será de R\$ 93.684,96 (noventa e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos).
Processo Administrativo nº. 2043/2005
Assinatura: 19/04/2010

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convocou o(s) participante(s) da Concorrência 096/2000 - SSR/MC, SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER Nº 0173/2010/TF/CONJUR-MC/AGU, que opina no sentido da anulação do ato da Comissão Especial de Licitação que a considerou habilitada para a(s) localidade(s) de Encruzilhada do Sul no Estado do Rio Grande do Sul.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº CEL/MC	Localidades	UF
10/05/2010	09h30	005/2009	Barro do Chaco.	BA
	09h45	007/2009	Itagibá.	BA
	10h00	060/2009	Três Fronteiras.	SP

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de proposta técnica, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s).

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA DESCLASSIFICAÇÃO

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
030/2009	PA	Canaã dos Carajás	FM	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010043000152

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada(s) no(s) Anexo(s).

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio Nirvana FM Ltda.	Rádio 90.1 FM Ltda.
054/2009	SC	Campo Belo do Sul	FM	Lohn Sociedade de Rádio Ltda.	LD Sistema de Comunicação Ltda.
054/2009	SC	Campo Belo do Sul	FM	Lohn Sociedade de Rádio Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.

ANEXO II

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Sociedade de Comunicação Covo Ltda.
054/2009	SC	Campo Belo do Sul	FM	Rádio Regional Ltda.-ME

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 30, de 12/02/2010, Seção 3, pag. 155, conforme quadro abaixo. Mantendo inalteradas as demais informações não mencionadas no aviso.

Edital Nº:	Onde-se lê:	Leia-se:
10/2010	16	16+
40/2010	Piñ	Piñ
42/2010	Sangés	Sengés

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 03 a 07 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 10 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência Nº 002/2010-CEL/MC, Localidade de Cumbu/MG

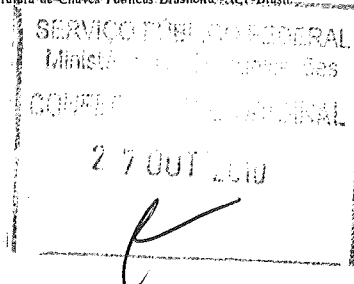
Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.019461/10	HABILITADA
Guarani Radiodifusão Ltda.	TV	53000.019465/10	HABILITADA
SM Radiodifusão Ltda.	TV	53000.019468/10	HABILITADA
GotoTV Televisão Ltda.	TV	53000.019466/10	HABILITADA
Central Técnica Prestação de Serviços Ltda.	TV	53000.019462/10	HABILITADA
Skorpion Sistema de Telecomunicações Ltda.-EPP	TV	53000.019467/10	NAO HABILITADA

ANEXO II

Concorrência Nº 003/2010-CEL/MC, Localidade de Campanha/MG

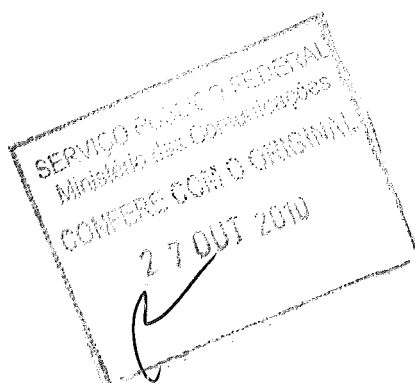
Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.019792/10	HABILITADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	TV	53000.019793/10	HABILITADA
Pênix Radiodifusão e Produções Ltda.	TV	53000.019794/10	HABILITADA
RF Tecnologia e Participações Ltda.	TV	53000.019796/10	HABILITADA
Skorpion Sistema de Telecomunicações Ltda.-EPP	TV	53000.019795/10	NAO HABILITADA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

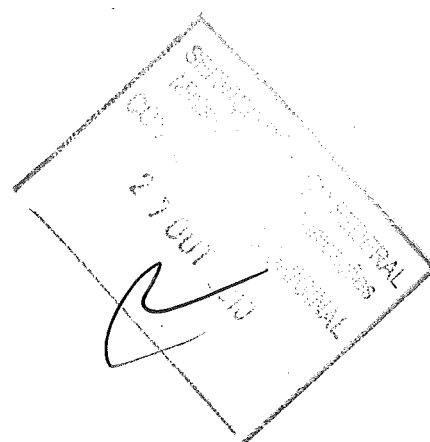


Nesta data anexo aos autos do processo de nº 53000.059524/09 a documentação a seguir constituída de 70 / 08 folhas, que assim numerai: 11 / 05 / 10

Data: _____
Nome: _____
Assinatura: P



PROPOSTA TÉCNICA



Handwritten signatures and stamps:

- Signature: [Handwritten signature]
- Signature: [Handwritten signature]
- Signature: [Handwritten signature]
- Signature: [Handwritten signature]
- Signature: [Handwritten signature]
- Stamp: Eriko M. Domenici
CEL. - MC
- Signature: [Handwritten signature]

ANEXO III

Proposta Técnica

(item 6)

Edital de Concorrência: 007/2009

Localidade: ITAGIBÁ

UF: BAHIA

Razão Social da Proponente:

**TOTAL – Comunicação, Publicidade e
Produções Artísticas Ltda.**

CNPJ: 11.077.893/0001-90

Data: 01/12/2009

1. Programas Jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral.	Tempo dos programas em minutos (T1)	(% T1) T1 x 100 / 1440
	115,2	8,00

2. Serviço Noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral.	Tempo dos programas em minutos (T2)	(% T2) T2 x 100 / 1440
	115,2	8,00

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

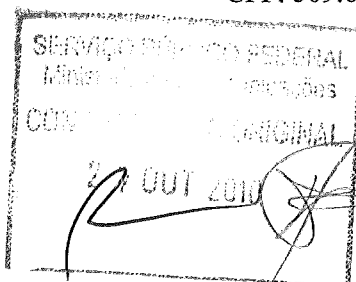
Programas culturais e artísticos e jornalísticos em caráter local.	Tempo dos programas em minutos (T3)	(% T3) T3 x 100 / 1440
	115,2	8,00

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo.

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4).	Qualidade de meses (T4)
	9 MESES

Simões Filho (BA), 16 de novembro de 2009.

Marcus Fonseca Paeteiro
Sócio Administrador
CPF: 509.619.345-49



Erika M. Domenici
CEL. - MC

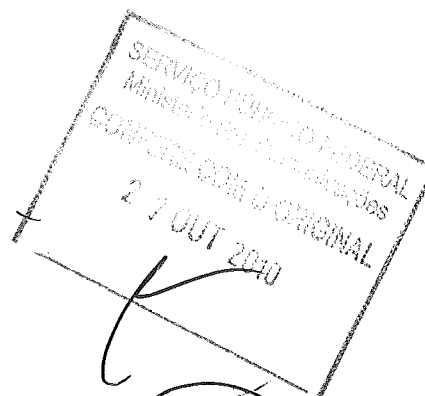
CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Editais da concorrência nº.007/2009-CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **ITAGIBÁ – BA**

Razão Social da Proponente: **TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.**

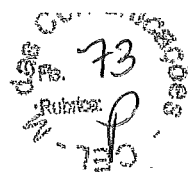
Conteúdo:

Conjunto 2 :
Proposta Técnica.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 182/2010

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S).

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009/CEL/MC

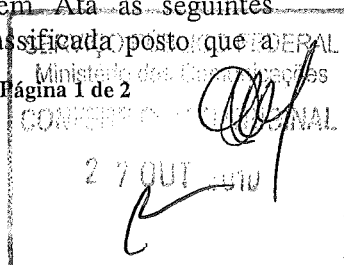
SERVIÇO: FM – CANAL: 206 – CLASSE: C – GRUPO: A

LOCALIDADE(S): ITAGIBÁ/BA

Em 10 de maio de 2010, às 09h45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 007/2009-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada (FM), na localidade de **ITAGIBÁ/BA**, conforme convocação publicada no DOU de 30/04/2010, Número 81, Seção "3", Página 152, para sessão de abertura e julgamento de propostas técnicas em 10/05/2010, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde do tipo *snapseal* lacrado sob o nº 0009363, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de nº 4586875, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., Processo nº 53000.059526/09, ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., Processo nº 53000.059522/09, TOTAL-COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., Processo nº 53000.059524/09. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s), sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue: NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., (DESCCLASSIFICADA), ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., 100,00000 pontos, TOTAL – COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., 100,00000 pontos. (7) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) **"Resultado da Proposta Técnica"**, que segue(m) em anexo, que aponta(m) a(s) pontuação(ões) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. (8) O malote de cor verde do tipo *snapseal* foi novamente lacrado sob o nº 0005064. (9) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: a) NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA., desclassificada posto que a

Eriko M. Domenici
CEL - MC

Ata de Reunião nº 182/2010 de 10/05/2010, Segunda-feira - Conc. nº 007/2009 - Página 1 de 2





74

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

JOSE ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL.
27 OUT 2010



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO

DATA: 10/05/2010

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : ITAGIBÁ/BA.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Rita de Cássia Faria Coppia	008/SP 132.817	
Juliano Rolo da Silva Moura	CNEA 36748/10	

10/05/2010
ORIGINAL
Assinatura
Rubrica

10/05/2010
Assinatura
Rubrica
75



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 10/05/2010

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : ITAGIBÁ/BA.

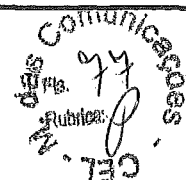
Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
AVIRE PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS/MEIOS LTDA	VANDA JOGURTEIRA BONINA NOGUEIRA			1497/0AB/DF	Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

27 OUT 2010
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

76
736
736



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Processo	:	53000.058524/2009			
Proponente	:	TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.			
Concorrência	:	007/2009	Local :	ITAGIBA	UF : BA
Serviço	:	FM		Grupo de Enquadramento :	A

	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (ANEXO V, item 1))	115,200	8,00000	$5\% \leq T1 \leq 8\%$
Programas de serviços noticiosos (ANEXO V, item 2)	115,200	8,00000	$5\% \leq T2 \leq 8\%$
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (ANEXO V, item 3)	115,200	8,00000	$5\% \leq T3 \leq 8\%$
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (ANEXO V, item 4)	9		$9 \leq T4 \leq 36$

P1 = 15,00000
P2 = 15,00000
P3 = 30,00000
P4 = 40,00000
PT = 100,00000

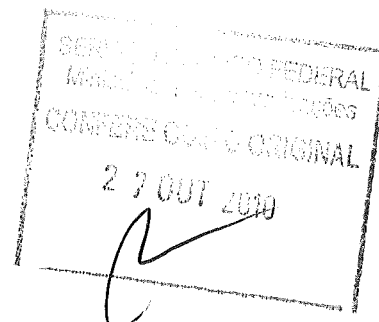
CLASSIFICADA

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

José Adilson Bezerra Torquato
Membro





ANEXO I

Concorrência n.º 055/2009-CEL/MC, Localidade de Capela/SE.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.013915/10	Mega FM Ltda.	1.830.000,00	FM	97,53143	99,75314
53000.013920/10	Rede Ilha de Comunicação Ltda.	1.100.100,00	FM	95,89358	99,58936
53000.013924/10	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	968.500,00	FM	95,33559	99,53356
53000.013926/10	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.	840.000,00	FM	94,62205	99,46221
53000.013911/10	Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	777.777,77	FM	94,19182	99,41918
53000.013913/10	FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	460.000,00	FM	90,17940	99,01794
53000.013912/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	352.000,00	FM	87,16626	98,71663
53000.013923/10	Comunicações Maranhenses Ltda.	255.000,00	FM	82,28440	98,22844

ANEXO II

Concorrência n.º 056/2009-CEL/MC, Localidade de Umbaúba/SE.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.014329/10	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	1.185.000,00	FM	96,92798	99,69280
53000.014328/10	Rede Ilha de Comunicação Ltda.	631.100,00	FM	94,23176	99,42318
53000.014335/10	FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	422.000,00	FM	91,37361	99,13736
53000.014325/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	352.000,00	FM	89,65813	98,96581
53000.014326/10	Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	333.333,00	FM	89,07897	98,90790
53000.014331/10	Comunicações Maranhenses Ltda.	175.000,00	FM	79,19807	97,91981

ANEXO III

Concorrência n.º 057/2009-CEL/MC, Localidade de Santa Clara D'Oeste/SP.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.014655/10	Morres Serviços de Comunicação Ltda-ME	631.100,00	FM	95,46297	99,54630
53000.014653/10	LD Sistema de Comunicação Ltda.	365.785,00	FM	92,17213	99,21721
53000.014658/10	Sistema Max de Comunicações	287.500,00	FM	90,04063	99,00406
53000.014650/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	132.000,00	FM	78,30820	97,83082
53000.014660/10	Síntona Entre Amigos Radiodifusão Ltda.	120.000,00	FM	76,13902	97,61390

ANEXO IV

Concorrência n.º 058/2009-CEL/MC, Localidade de Bilac/SP.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.015303/10	Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	1.890.000,00	FM	95,90153	99,59015
53000.015299/10	Ocan Comunicação Digital SE Ltda.	1.800.000,00	FM	95,69661	99,56966
53000.015300/10	Morres Serviços de Comunicação Ltda-ME	1.661.000,00	FM	95,33648	99,53365
53000.015298/10	Rota Comunicações Ltda.	789.580,00	FM	90,18959	99,01896
53000.015301/10	LD Sistema de Comunicação Ltda.	765.785,00	FM	89,88475	98,98848
53000.015296/10	Rádio a Voz do Vale Parapuama Ltda.	635.555,00	FM	87,81206	98,78121
53000.015295/10	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	463.000,00	FM	83,26975	98,32697
53000.015297/10	Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda-ME	406.000,00	FM	80,92092	98,09209

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s) I, II e III.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, Inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 10 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010051100092

ANEXO I

Concorrência n.º 005/2009-CEL/MC, Localidade de Barra do Choça/BA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	FM	53000.061239/09	100,00000	CLASSIFICADA
Anre Participações e Empreendimentos Ltda.	FM	53000.061238/09	100,00000	CLASSIFICADA
Fundação Espírita André Luiz	FM	53000.061237/09	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	FM	53000.061243/09	100,00000	CLASSIFICADA
Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.	FM	53000.061246/09	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência n.º 007/2009-CEL/MC, Localidade de Itugirá/BA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Anre Participações e Empreendimentos Ltda.	FM	53000.058522/09	100,00000	CLASSIFICADA
Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	FM	53000.058524/09	100,00000	CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	FM	53000.058526/09	-	DESCLASSIFICADA

ANEXO III

Concorrência n.º 060/2009-CEL/MC, Localidade de Três Fronteiras/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Sistema Max Digital de Comunicações Ltda.	FM	53000.015897/10	100,00000	CLASSIFICADA
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.015894/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.015895/10	100,00000	CLASSIFICADA
Morres Serviços de Comunicação	FM	53000.015896/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	FM	53000.015898/10	100,00000	CLASSIFICADA
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	FM	53000.015901/10	100,00000	CLASSIFICADA
Sistema N2 de Comunicação Ltda.	FM	53000.015902/10	100,00000	CLASSIFICADA
Catua FM Ltda.	FM	53000.015903/10	100,00000	CLASSIFICADA

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, Seção 2, página 38, em conformidade com o Edital da Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) do julgamento da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s), conforme Anexo I.

Foi aberta e julgada a Proposta de Preço, obtendo o resultado de pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) e Valor Ponderado (VP), apontados no Anexo II.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF.

Brasília - DF, 10 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Anexo I

Concorrência n.º 016/2009-CEL/MC, Localidade de Olho D'Água das Cunhãs/MA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Comunicações Maranhenses Ltda.	FM	53000.058819/09	100,00000	CLASSIFICADA

Anexo II

Concorrência n.º 016/2009-CEL/MC, Localidade de Olho D'Água das Cunhãs/MA.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.058819/09	Comunicações Maranhenses Ltda.	355.000,00	FM	88,18513	98,81851

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 16/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Celebração de contrato com "Agente de Integração", para fins de execução do estágio do âmbito do Ministério das Comunicações. Total de Itens Licitados: 00002 - Edital: 11/05/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobreloja, Plano Piloto - BRASILIA - DF - Entrega das Propostas: a partir de 11/05/2010 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/05/2010 às 09h30 site www.comprasnet.gov.br

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

(SIDEC - 10/05/2010) 410003-00001-2010NE900067

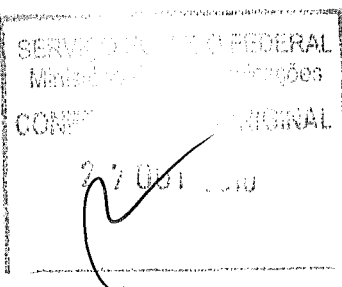
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 11/2010

O Ministério das Comunicações, através do seu Pregoeiro, informa o resultado do Pregão 011/2010-MC - Material de Copa e Cozinha. Empresas vencedoras: Construlipa Mat. de Construção e Limpeza Ltda - Item 12 - Valor: R\$ 238,80; Iriban Comércio e Ind. de Embalagens Plásticas Ltda - Itens 1, 3 e 5 - Valor total: R\$ 830,88; Giuliana Veras Fatnati ME - Itens 2, 4, 8, 10, 14, 16, 19 e 20 - Valor total: R\$ 6.363,66; Via Copa Produtos de Limpeza e Utilidades Ltda - Itens 7, 9, 11 e 18 - Valor total: R\$ 4.306,38 e Embramar Distribuidora de Materiais - Item 17 - Valor total: R\$ 2.295,00. Total do Pregão: R\$ 14.034,72.

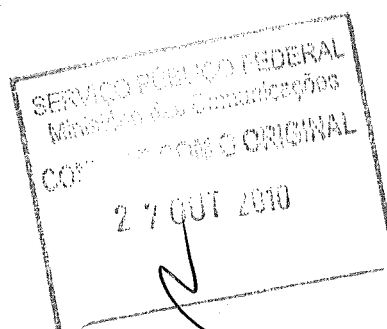
SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

(SIDEC - 10/05/2010) 410003-00001-2010NE900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nesta data, anexo aos autos do processo de
nº 51000-059524/09 documentação
a seguir constituída de 01 folhas,
que assim numeret: 78
Data: 26 / 09 / 10
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]





Ministério das Comunicações

GERÊNCIA OPERACIONAL DE OUTORGA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
31/05/2010	9h30	007/2009	Itagiba.	BA

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº CEL/MC	Localidade(s)	UF
31/05/2010	10h45	049/2009	Rio dos Índios.	RS
	11h00	059/2009	Santana da Ponte Pensa.	SP
	11h15	007/2010	Caldas Novas.	GO

Brasília - DF, 25 de maio de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO

Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência nº 106/2001-SSR/MC, Localidade de Santana da Vargem/MG.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53710.00354/02	Calili & Figueiredo Ltda.	60.200,00	FM	91,694	99,169
53710.000366/02	Rádio 1010 Ltda.	50.006,00	FM	90,001	99,000
53710.000352/02	Rádio 790 Ltda.	50.004,00	FM	90,001	99,000
53710.000368/02	Rádio 850 Ltda.	50.002,00	FM	90,000	99,000

Brasília - DF, 24 de maio de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO

Presidente da Comissão

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Sistema de Comunicação Frizzo Ltda.

ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 531, de 13 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2006.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salgado Filho, Estado do Paraná.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

DATA E ASSINATURA: 24 de maio de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Warlei José Frizzo - Sócio-Gerente do Sistema de Comunicação Frizzo Ltda.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS
APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato ER07 nº 006/2010-ANATEL. Data de Assinatura: 25/05/2010. Contratada: ALTERNATIVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Vigência: 25/05/2010 a 24/05/2011. Objeto: Prestação de serviços continuados denominados de apoio administrativo às atividades institucionais - nível médio, para atender as necessidades da Anatel no Estado de Goiás (ER07), conforme especificações e condições do Edital e seus Anexos, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado. Valor total anual: R\$ 118.899,60 (cento e dezoito mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). Elemento de Despesa nº 33.90.39. Processo: 53542.003877/2008. Fundamento Legal: art. 5º do Cap. IX Regulamento de Contratações da Anatel. Signatários: pela Contratante, Ruimar Dias dos Santos e Direcu Cristino de Oliveira, e pela Contratada, Fabrício Leandro de Souza.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010052600109

Edital nº 1/2010 - ER07OT/ER07

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, nos termos do parágrafo único do art. 65 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, e alterado pela Resolução nº 489, de 5 de dezembro de 2007, NOTIFICA os autorizados abaixo relacionados, por encontrarem-se em local incerto e não sabido, para apresentarem, no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta publicação, manifestação de interesse pela prorrogação do prazo de vigência da outorga de autorização de uso de radiofrequência. A não manifestação no prazo será considerada como desinteresse na continuidade da execução do serviço autorizado, ensejando a extinção, por cassação, da respectiva autorização, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A manifestação deve ser entregue no protocolo do Escritório Regional no Estado de Goiás, localizado na Rua 13, nº 618, St. Oeste, Goiânia/GO, CEP: 74120-060. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

Serviço de Radiomador

Entidade	Fistel	CPF / CNPJ
ARIVALDO NOGUEIRA FILHO	50003144500	88360354153
AVELINO DIAS MACIEL	1302051982	10048936120
BRUNO WERNER COSTA RODRIGUES	13020560331	83974156100
CLEYTON ALVES BARBOSA	50002825902	00000000000
DIALMA TAVARES DE GOUVEIA NETO	50002720728	70562156100
EMRIVELLI LEAL FERREIRA	50002463868	40133850153
IVONETE ANTONIO CALIXTO	08020414266	77296494115
JOAO HENRIQUE DA SILVA	02012936610	55582923853
LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO	13000000151	02110047000133
EMISSION - LABRE		
MARCUS GOUVEIA DE PAULA	50002721104	00000000000
MAYDSON FORTES LOBO	13020308925	37003747120

Edital nº 2/2009 - ER07OT/ER07

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, nos termos do parágrafo único do art. 65 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001, e alterado pela Resolução nº 489, de 5 de dezembro de 2007, NOTIFICA os autorizados abaixo relacionados, por encontrarem-se em local incerto e não sabido, para apresentarem, no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta publicação, manifestação de interesse pela prorrogação do prazo de vigência da outorga de autorização de uso de radiofrequência. A não manifestação no prazo será considerada como desinteresse na continuidade da execução do serviço autorizado, ensejando a extinção, por cassação, da respectiva autorização, com fulcro no parágrafo único do art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A manifestação deve ser entregue no protocolo do Escritório Regional no Estado de Goiás, localizado na Rua 13, nº 618, St. Oeste, Goiânia/GO, CEP: 74120-060. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

Serviço Rádio do Cidadão

Entidade	Fistel	CPF / CNPJ
ADAUTO GUIMARAES DO NASCIMENTO	50004393171	15488322191
ADILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	50002242648	54560080178
ADRIANO LODI	50004275552	00000000000
AGENTE DE PAULA MARIA	50004236157	42624274120
ALCEU PEREIRA DOS SANTOS	50003203794	55689507849
ANTONIO JULIO DA SILVA	50002675161	08375922838
ARMANDO AQUILINO LODI	50003427048	18608019000
CAIRO OLIVEIRA DA ABADIA	50002618443	32369069104
CARLOS ALBERTO JESUS DE OLIVEIRA	50001895106	27105830115
DIMAS DANIEL	50002074400	00475914805
EDUARDO ARANTES LIMA	50004236319	81424558115
FABIO GONCALVES GUERRA	50003423301	32951364972
FERNANDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	50004393767	62442945134
FLAVIO CHICO	09030142545	28869184133
FRANCISCO DAMIAO SILVEIRA	50002808379	35799919491
GILMAR ANTONIO DA SILVA	50002950804	35538023915
JOAO BOSCO PEREIRA	50003607968	84518855868
JOEL UMBERTO CARLINI	50003323188	20508349191
LUIZ SERGIO CARLOS DA SILVA	50003607968	24836669812
LUIZ CARLOS DA LUZ	50001830210	41122660100
MARIO MARCIO MEDEIROS PAIS	50002958201	63067575100
MIGUEL FUSCALDO JUNIOR	09020256785	92871810800
PAULO ORLANDO GIOVANELLA	50002701421	28400470982
PAULO ROBERTO MASSON DE LEMOS	50002997035	26912338720
SADI CAMAN	50003057607	44010580100
WALTER GUIMARAES DO NASCIMENTO	50004394658	05447860172

RUIMAR DIAS DOS SANTOS
Gerente do Escritório

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLIO Nº 7/2010-ER03

PROCESSO 53520.000594/2010

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, por meio de seu ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - ER03, Inscrição no CNPJ sob o nº 02.030.715/0009-70, torna público que realizará no dia 9 de junho de 2010, às 14:00 horas, na sede da Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina, situada à Rua Saldanha Marinho, nº 205, Centro, Florianópolis/SC, licitação na modalidade de pregão amplo presencial, tipo menor preço global, para a contratação de empresa prestadora de serviços de copa a serem executados na Unidade Operacional da Anatel no Estado de Santa Catarina, situada à Rua Saldanha Marinho, nº 205, Centro, Florianópolis/SC, conforme especificações e condições do respectivo Edital, do Regulamento de Contratações da Anatel, publicado no DOU de 19 de janeiro de 1998 e da Lei 8.666/93. O Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26 de maio de 2010, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, nos seguintes endereços: na Rua Saldanha Marinho, nº 205, Centro, Florianópolis/SC; na Rua Vicente Machado, 720, Batel, Curitiba/PR; e no portal da Anatel, na Internet: www.anatel.gov.br, seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - De aquisição/alienação.

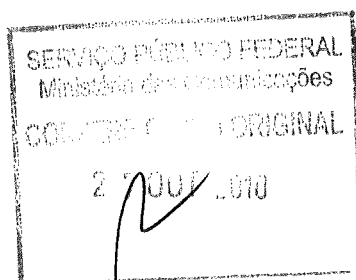
MARCIO ROGÉRIO FLIZKOWSKI
Pregoeiro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONTRATO Nº 006/2010-ANATEL

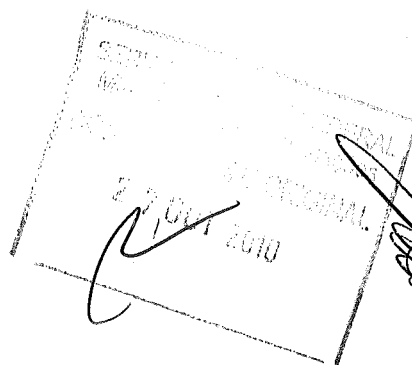
27 OUT 2010

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 52001-059524/09 a documentação
a seguir constituída de 08 folhas,
que assim numerarei: 30 1
Data: _____
Nome: _____
Assinatura: _____



13 14

PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA



Eriko M. Domenici
CEL. - MC

ANEXO IV

Proposta de Preço pela Outorga
(item 7)


Proposta sintética do Preço pela Outorga.

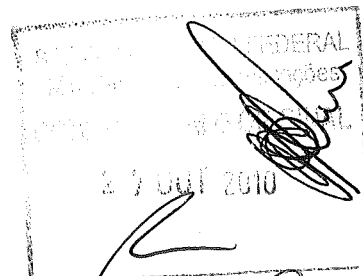
1. Razão Social da Proponente: **TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas LTDA.**
2. CNPJ/MF: 11.077.893/0001-90
3. Edital da Concorrência: nº 007/2009 - CEL/MC
4. Serviço: Radiodifusão em Frequência Modulada – FM
5. Localidade: ITAGIBÁ - BAHIA
6. Valor Proposto: R\$ 601.250,00 (seiscentos e um mil duzentos e cinquenta reais).

1ª Parcela: R\$ 300.625,00 (trezentos mil e seiscentos e vinte cinco reais).
algarismo e por extenso:

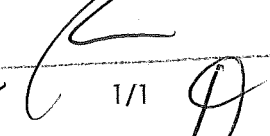
2ª Parcela: R\$ 300.625,00 (trezentos mil e seiscentos e vinte cinco reais).
algarismo e por extenso:

Simões Filho (BA), 16 de novembro de 2009.


Marcus Fonseca Peleteiro
Sócio Administrador
CPF: 509.619.345-49



1/1


Eriko M. Domenici
CEL - MC



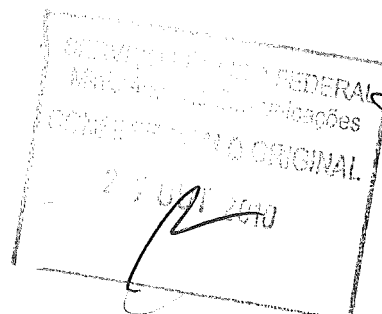
CONJUNTO 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da concorrência nº.007/2009-CEL/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: **ITAGIBÁ – BA**

Razão Social da Proponente: **TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.**

Conteúdo:

Conjunto 3 :
Proposta de Preço pela Outorga.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL. 83
F. 83
CEL.

ATA DE REUNIÃO Nº 228/2010

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
DE PREÇO.**

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009/CEL/MC

SERVIÇO: FM – CANAL: 206 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MÍNIMO: R\$ 36.196,40

LOCALIDADE(S): ITAGIBA/BA

Em 31 de maio de 2010, segunda-feira às 09h30 (nove horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente Alvimar Bertrand D. G. de Macedo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) proposta(s) de preço da(s) proponente(s) classificada(s) na Concorrência nº 007/2009-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sonora em frequência modulada (FM), na localidade de **ITAGIBA/BA**, conforme convocação publicada no DOU de 26/05/2010, Número 94, Seção "3", Página 98, para sessão de abertura e julgamento de proposta(s) de preço, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura da(s) lista(s) de presença das proponentes e do público que serão anexada(s) a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde do tipo *snapsal* lacrado sob o nº 0005064, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de nº 4586874, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preço dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., Processo nº 53000. 058522/09, TOTAL-COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., Processo nº 53000.058524/09. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(es) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) conforme segue: ANRE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., R\$ 217.178,40 (duzentos e dezessete mil e cento e setenta e oito reais e quarenta centavos). TOTAL-COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA R\$ 601.250,00 (seiscentos e um mil e duzentos e cinquenta reais). (8) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**", que segue em anexo, que aponta o **valor da média ponderada (VP) da pontuação da proposta técnica (PT) e da proposta de preço pela outorga (PP)** de cada proponente. (9) A Comissão Especial de Licitação, por

Eriko M. Domenici
CEL. - MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
ORIGINAL
27 JUL 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



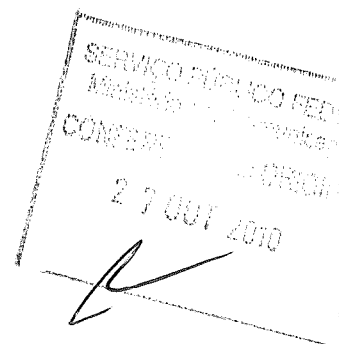
Especial de Licitação, por unanimidade de votos, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior **Valor Ponderado (VP)**, qual seja, **TOTAL-COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. (10)** O Sr Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: **a)** Os invólucros das proponentes inabilitadas e desclassificadas foram novamente lacrados no envelope tipo *starlock* de nº 4591025. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 09h40 (nove horas e quarenta minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 007/2009–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO(S)

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 31/05/2010

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE : ITAGIBA/BA.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
ANRE - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	VANDA JUVETHA BONNA NOGUEIRA			1497-0AB/DF	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

27 OUT 2010
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

25



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL
CONCORRÊNCIA Nº 007/2009–CEL/MC
SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO

DATA: 31/05/2010

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : ITAGIBA/BA.

Nome	RG nº/UF	Rubrica

SERVIÇO PÚBLICO F
Município de Itagiba
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
27 OUT 2010

26



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicados
Fis. 87
Rubrica

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES (Média Ponderada)

Concorrência : 007 / 2009

Preço Mínimo : 36.196,40

Serviço : **FM**

Grupo : A

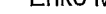
Localidade : ITAGIBÁ

UF : BA

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.058524/2009	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas	601.250,00	100,00000	96,98990	99,69899
53000.058522/2009	Anre Participações e Empreendimentos Ltda.	217.178,40	100,00000	91,66667	99,16667

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

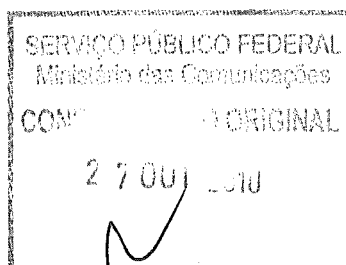

Edmar Freitas Machado
Membro


Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

José Adilson Bezerra Torquato
Membro

SERVICIO PÚBLICO FEDERAL
 Ministerio del Ambiente
 CONF. 1. NO ORIGINAL
 27 MAY 2010

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 54000.059524/09 documentação
a seguir constituída de 83 + 01 folhas.
que assim numerei:
Data: 02.10.20
Nome:
Assinatura:





EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EDITAL Nº 31, DE 31 DE MAIO DE 2010 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 90250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública os candidatos convocados para a Avaliação Médica Adicional, etapa de caráter eliminatório, os quais deverão comparecer de 02.06.2010 à 08.06.2010, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h30min, no Setor de Pessoal (SEPE) da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Prédio de Apoio Administrativo - Bairro Humaitá, Porto Alegre, CEP 90250-140 (com acesso, também, pela Estação Aeroporto - Trensurb). Os candidatos aprovados na etapa de AVALIAÇÃO MÉDICA ADICIONAL, submeter-se-ão ao cumprimento da etapa de CHECAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - etapa de caráter eliminatório, enumerados no item 4, Edital nº 001/2009. O não comparecimento do candidato para a realização da Avaliação Médica Adicional e/ou Checagem de Pré-Requisitos e Comprovação de Documentos e/ou, o não atendimento a

todos os pré-requisitos associados ao cargo, no prazo estabelecido pela Trensurb, resultará na eliminação do candidato no Concurso Público, na forma do item 12.1.2 - do Edital nº 001/2009. Cargo: assistente operacional - padrão 1 - processo de estações: candidato desistente: 71º Felipe Geovane Lauermann - próximo candidato substituto convocado: 137º Josiane Claire Schneider, candidato desistente: 87º Pedro Grass Guedes - próximo candidato substituto convocado: 138º Juliano Araújo dos Santos. Cargo: técnico industrial - função: técnico em eletrotécnica: candidato desclassificado: 4º Bruno Koch Schmitt - próximo candidato substituto convocado: 3º Fernando Mendes da Rosa.

MARCO ARLDO PRATES DA CUNHA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público que no AVISO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, publicado no DOU de 05/06/2009, seção 3, pág. 94, onde lê-se: "MD SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA", leia-se: "SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA". Processo: 1075/2009.

Porto Alegre, 31 de maio de 2010.
JAIR BERNARDO CORRÊA
Chefe do Setor de Compras

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 28/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado Parcial de Julgamento do Pregão Presencial 028/2010. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EPIS. Empresas vencedoras: S.S. Equipamentos de Segurança Ltda. nos lotes 05 e 19 nos valores respectivos de R\$ 1.000,00 e R\$ 999,00; empresa Valdemar da Silva Alves nos lotes 02 e 22 nos valores respectivos de R\$ 138,00 e R\$ 176,00; empresa Cenci Equipamentos de Segurança Ltda no lote 20, no valor de R\$ 2.850,00; e empresa Comércio de Equipamentos de Segurança Zapa Ltda. nos lotes 14, 15, 16, 18 e 21, nos valores respectivos de R\$ 96,00, R\$ 870,00, R\$ 359,00, R\$ 785,00 e R\$ 8.994,00. Processo 0566/2010.

Porto Alegre, 31 de junho de 2010

PEDRO ZOTTIS NETO
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Fornecedor (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão sob vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência nº 007/2009-CEL/MC, Localidade de Itagibá/BA.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta-do	Serviço	PP	VP
53000.058524/09	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	601.250,00	FM	96,98990	99,69899
53000.058522/09	Anre Participações e Empreendimentos Ltda.	217.178,40	FM	91,66667	99,16667

Brasília - DF, 31 de maio de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s) I, II e III.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 31 de maio de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO AMPLO Nº 2/2010

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, torna público que realizará o Pregão em 15/06/2010, às 9 horas, cujo objeto é a aquisição de cartões de visitas para servidores da Anatel. O Edital estará disponível a partir de 01/06/2010, no Edifício Sede da Anatel, SAUS Quadra 06, Bloco "H", 3º andar, das 9 às 11 e das 15 às 17 horas e no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br, seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - de aquisição/alienação.

ALENCASTRO GUIMARÃES DE BRITO
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato ER04-Nº 001/2009-Anatel. Processo: 53524.000946/2009. Assinatura: 12/04/10. Contratada: Servnac Soluções Corporativa Ltda-EPP. Objeto: prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses, a partir de 13/04/10 e inclusão da cláusula contratual sobre preclusão lógica. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93. Programa de Trabalho: Administração da Unidade. Elemento de despesa: Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica. Nota de Empenho nº 2010NE000125, de 29/03/10.

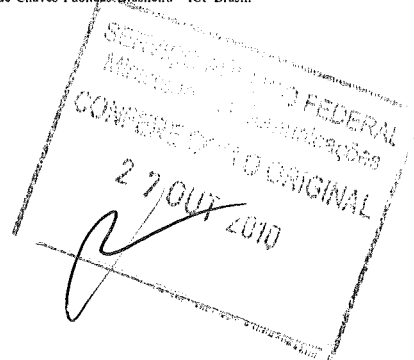
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS APOIO JURÍDICO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE 31 DE MAIO DE 2010

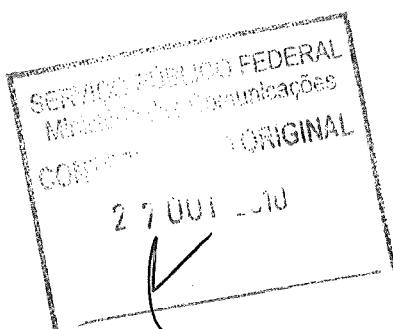
A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(m) ao final relacionado(s), por se encontrarem em local incerto e não sabido. Ficam, portanto, os clientes que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010060100123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nota data anexei aos autos do processo de
nº 53000.049524/09 a documentação
a seguir constituída de 05 folhas,
que assim numerei: 89 7 93
Data: 23 / 06 / 10
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]



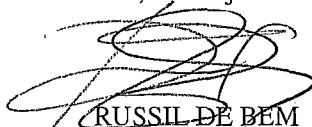


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


CERTIDÃO

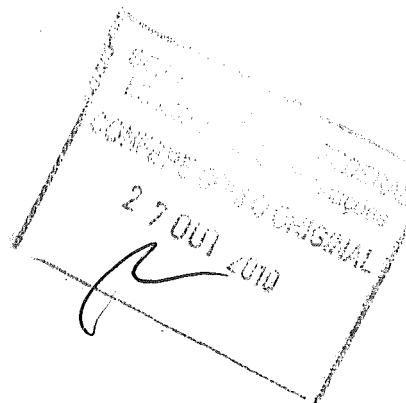
Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alnea “d” – certifico que não há no processo n.º 53000 059524/2009-10, TOAL COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.. - pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Especial de Licitação.

Brasília- DF, 15 de junho de 2010.


RUSSIL DE BEM
Assistente Jurídica

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.
Em 17 de Junho de 2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Técnicos » **Plano Básico**

menu ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Plano Básico - FM

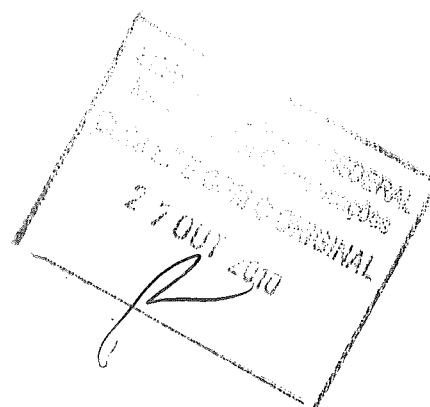
Itagibá/BA

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
206	C	(Concorrência: 7/2009)		0	

Usuário: - Data: 16/06/2010 Hora: 10:23:49

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

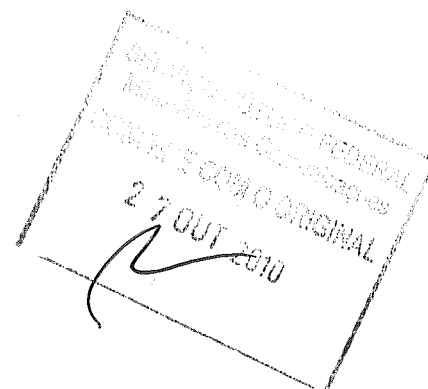
Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

Avalie este serviço:
Informações
processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



Consulta Processual pelo Nome da Parte

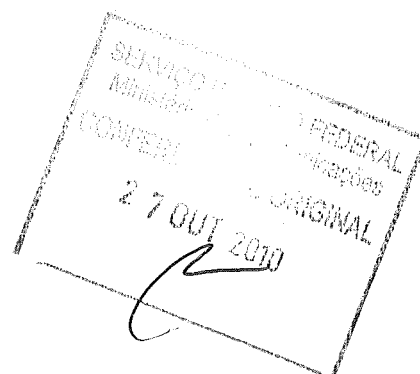
Nome Pesquisado: TOTAL COMUINICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.

☒ Nova

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "TOTAL COMUINICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA\$".

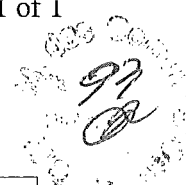
☒ Nova

Emitido pelo site 172.16.3.105 em 16/06/2010 às 10:37:20



Seção Judiciária da Bahia

Consulta Processual

☒ Página anterior☒ Nova pesquisa

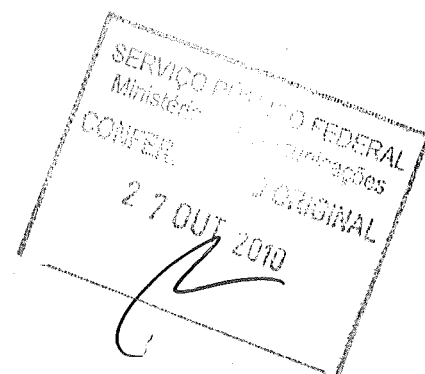
Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo nome da parte

Argumento Pesquisado:: TOTAL COMUINICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "TOTAL COMUINICAÇÃO PUBLICIDADE E PRODUÇÕES LTDA.".

☒ Página anterior☒ Nova pesquisa

Emitido pelo site 172.16.3.106 em 16/06/2010 às 10:41:58



Nesta data, anexo aos autos do processo de
nº 53000.059524/09 a documentação
a seguir constituída de dois folhas,
que assim numerei: 94, 95 e 96 —
Data: 07 / 10 / 10
Nome: Lawanna
Assinatura: Jm

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE SEU ORIGINAL
27 OUT 2010



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



NOTA/AGU/CONJUR-MC/JCB/Nº 1927 - 2.17 / 2010
CONCORRÊNCIA n.º 007/2009 - CEL/MC
PROCESSO PRINCIPAL: 53000.034275/2009-38
PROPONENTE VENCEDORA: TOTAL COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
PROCESSO DA VENCEDORA: 53000.059524/2009-10
LOCALIDADE: Itagiba/BA

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 007/2009-CEL/MC; levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Itagiba/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos, com as seguintes características: Freqüência/Canal: 206 (duzentos e seis); Classe: C; Grupo de Enquadramento: A. Pela Homologação do certame, com adjudicação do objeto à licitante TOTAL COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., declarada vencedora para a localidade de Itagiba/BA.

Senhor Consultor Jurídico,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e análise desta Consultoria Jurídica o processo em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 007/2009-CEL/MC, para a localidade de Itagiba, no Estado da Bahia.

2. O objeto da licitação é a outorga de permissão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Itagiba/BA, pelo prazo de 10 (dez) anos, com as seguintes características: Freqüência/Canal: 206 (duzentos e seis); Classe: C; Grupo de Enquadramento: A.

3. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

4. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - sala 920 - CEP 70.044-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 E-mail: conjur@mc.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONF. 22 OUT 2010

O ORIGINAL

desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação".

5 Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito". (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481).

6. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

A licitante TOTAL COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. foi declarada vencedora para a localidade de Itagiba/BA, nos termos da publicação no Diário Oficial da União, Seção 3, de 01/06/2010, página 123, à fl. 85 dos autos do processo nº 53000.034275/2009-50.

8. Neste diapasão, após análise da documentação de habilitação, da proposta técnica e da proposta de preço da proponente vencedora, não se observou nenhuma irregularidade, e dessa feita a homologação do certame demonstra-se viável.

9. Os documentos anexados pela CEL, às fls. 91/93 do processo nº 53000.059524/2009-10, em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01, de 03 de novembro de 2004, demonstram que não há pendências judiciais em nome da licitante vencedora questionando o certame. Ademais, em cumprimento à referida Ordem de Serviço, a CEL certifica, à fl. 89, que não restou no mencionado processo pendência de recursos sem apreciação por aquela Comissão.

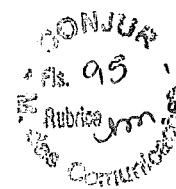
10. Ainda sobre a licitante TOTAL COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. é possível verificar que, segundo dados da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorgas de Serviços, Coordenação Geral de Regime Legal de Outorgas - CGLO, a mesma não possui nenhuma outorga em FM (Frequência Modulada). Logo, não há impedimento à homologação com relação ao limite fixado no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

11. Dessa forma, analisando a Concorrência nº 007/2009-CEL/MC para a localidade de Itagiba/BA certifica-se que a referida Comissão observou as regras contidas no Instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação da licitante TOTAL COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

12. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a. homologação do certame e a adjudicação da outorga de permissão para exploração do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em horário ilimitado

JB 2




(execução durante 24 horas do dia), na localidade de Itagiba/BA pelo prazo de 10 (dez) anos, à licitante TOTAL COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., declarada vencedora para a localidade de Itagiba/BA.

b. à consideração do Sr. Ministro. E, após, pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

À consideração superior.

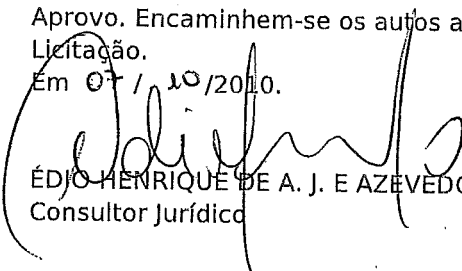
Brasília, 28 de setembro de 2010.

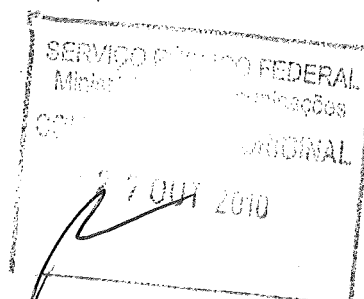

JORDANA CAVALCANTE BARROS
Assistente/CONJUR-MC


CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro. Após, à Comissão Especial de Licitação.

Em 07 / 10 / 2010.


ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
Consultor Jurídico



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

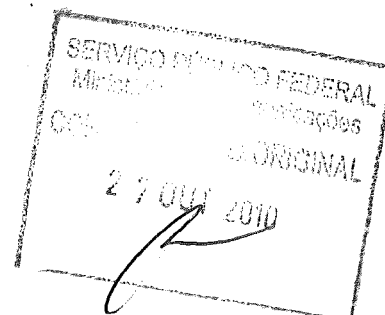
Em de de 2010.

Acolho a NOTA Nº 1927-2.17/2010/JCB/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações

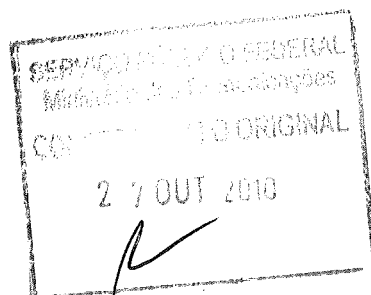
ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
007/2009	BA	ITAGIBA	FM	Total-Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	53000.059524/2009



Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 3000.052524/09 documentação
a seguir mencionada de 02 folhas,
que trata de 97 e 98
Data: 14 10 2010
Nome: Sérgio
Assinatura: [assinatura]

EM BRANCO



PUBLICADO NO D.O. DE 11/10/10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 7 de outubro de 2010.

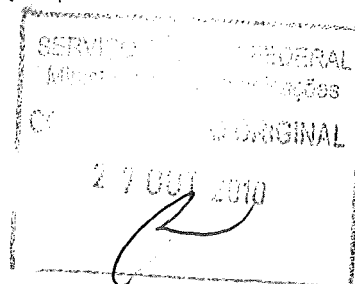
Acolho a NOTA Nº 1927-2.17/2010/JCB/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.



JOSÉ ARTUR ELLARDI LEITE
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
007/2009	BA	ITAGIBA	FM	Total-Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	53000.059524/2009





PAF/SP	LABORATORIOS PFIZER LTDA 25759.509515/2008-02 - AIS:666271/08-4 (515/08) - CV-
)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)
ME	MEIRY DE SOUZA DA SILVA (Lanche Plataforma) -
PAF/AM	25758.402123/2009-13 - AIS:519805/09-4 (015/09) - CV-
reais)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
LTDA	PRINCETON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PAF/SP	25759.497501/2008-21 - AIS:650311/08-0 (532/08) - CV-
reais)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PAF/SP	SOLVAY FARMA LTDA 25759.474262/2008-31 - AIS:622646/08-9 (497/08) - CV-
reais)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PAF/SP	SYNCFILM DISTRIBUIDORA LTDA 25759.593803/2008-29 - AIS:769428/08-8 (605/08) - CV-
reais)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PAF/SP	SYNCFILM DISTRIBUIDORA LTDA 25759.594102/2008-15 - AIS:769752/08-0 (606/08) - CV-
reais)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PAF/SP	ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 25759.473845/2008-44 - AIS:622153/08-0 (493/08) - CV-
reais)	Penalidade de Multa no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 549, DE 8 DE OUTUBRO DE 2010

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de consolidar, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Alcool e outras Drogas, conforme Portaria Nº 816/GM, de 30 de abril de 2002;

Considerando as orientações contidas na Portaria Nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, que define e caracteriza as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial na rede SUS;

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 665, de 26 de setembro de 2002, que habilita o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS do município de Venâncio Aires/RS;

Considerando a Portaria SAS/MS Nº 205, de 8 de junho de 2004, que habilita o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS do município de Paulista/PE;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo Sistema Único de Saúde - SUS aos usuários de álcool e outras drogas;

Considerando a necessidade de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais com ênfase na reabilitação e reinserção social;

Considerando as diretrizes emanadas da atual Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral aos transtornos mentais e aos Usuários de Alcool e Outras Drogas;

Considerando as diretrizes definidas no programa Mais Saúde: Direito de Todos, para o período 2008 - 2011; e

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a alteração da modalidade dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica de Saúde Mental - SAS/MS, resolve:

Art. 1º - Alterar a classificação dos serviços a seguir relacionados, para realizar os procedimentos previstos na Portaria SAS/MS Nº 189, de 20 de março de 2002:

UF	Tipo	CNES	CGC/CNPJ	Município	Gestão do serviço	Gestão do município
PE	CAPS III	3164284	10408839000117	Paulista	Público Municipal	Público Municipal
RS	CAPS II	2235978	87334918000155	Venâncio Aires	Público Municipal	Público Municipal

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 844, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 96, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.063465/2007, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de transferência indireta da permissão outorgada à RÁDIO QUERÊNCIA FM LTDA., para execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul, pela Portaria nº 33, de 10 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 12 subsequente e, renovada pela Portaria nº 778, de 14 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de abril de 2002, referendada pelo Decreto Legislativo nº 1.040, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de novembro de 2004, mediante a cessão de cotas representativas do capital social para outros cotistas, que passarão a deter o mando da sociedade, conforme previsto no artigo 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 7 de outubro de 2010

Acolho a NOTA Nº 1927-2.17/2010/CB/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
007/2009	BA	ITAGIBA	FM	Total-Comunicações, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	53000.059524/2009

Acolho a NOTA Nº 0709-2.17/2010/ACO/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
023/2009	MG	FRANCISCO SA	FM	ALO FM SOCIEDADE LTDA.	53000.004251/10-18

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETORDESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 3 de novembro de 2009

Nº 7.751/2009 -

Processo nº 53500.033827/2006.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os Recursos Administrativos interpostos pela SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF nº 72.820.822/0001-20, empresa autorizada a explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH) em âmbito nacional, contra decisão proferida nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 541, realizada em 22 de outubro de 2009, conhecer dos Recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo integralmente a decisão proferida por meio do Ato nº 1.986, de 8 de abril de 2008, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 580/2009-GCAB, de 14 de outubro de 2009.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN
Substituto

Em 27 de julho de 2010

Nº 6.445 -

Processo nº 53536.000718/2007.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela 614 TVT MACEIO S/A, CNPJ/MF nº 02.998.932/0001-09, à época concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Maceió, no Estado de Alagoas, em face da decisão proferida por meio do Ato nº 4.897, de 25 de agosto de 2009, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) em epígrafe, instaurado por ter sido constatado, em fiscalização, o cometimento de irregularidades consubstanciadas no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - TVC nº 0001AL20070046, de 31 de outubro de 2007, decidiu, em sua Reunião nº 567, realizada em 17 de junho de 2010, consoante os termos da Análise nº 405/2010-GCJR, de 2 de junho de 2010:

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da entidade, após a realização da operação ficarão constituídos da forma que consta nesta Portaria.

Art. 3º Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a entidade apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, arquivada na repartição competente.

Art. 4º Determinar que, após aprovação dos atos por este Ministério, se proceda à devida comunicação ao Congresso Nacional nos termos do art. 222, § 8º, da Constituição da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 901, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.013564/2010, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 2 (dois), no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Campo Belo, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 4+ (quatro decalado para mais), visando a retransmissão de seus próprios sinais.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

a) conhecer do Recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, descaracterizando a conduta relativa à disponibilização do conteúdo do canal 32+ e mantendo a sanção aplicada relativamente à disponibilização do conteúdo do canal 9+;

b) tornar sem efeito a sanção aplicada por meio do Ato nº 4.897, de 25 de agosto de 2009, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa; e

c) aplicar à NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Maceió, no Estado de Alagoas, na condição de sucessora por incorporação da 614 TVT MACEIO S/A, CNPJ/MF nº 02.998.932/0001-09, a sanção de multa no valor de R\$ 992,18 (novecentos e noventa e dois reais e dezotois centavos), em razão do cometimento de irregularidade consubstanciada no Laudo para Verificação de Cumprimento de Obrigações Contratuais - TVC nº 0001AL20070046, de 31 de outubro de 2007.

Em 2 de agosto de 2010

Nº 6.654 -

Processo nº 53500.001389/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) em epígrafe, instaurado em desfavor da OTENZI COMUNICAÇÕES LTDA. (nova denominação da RÁDIO BOM SUCESSO LTDA.), CNPJ/MF nº 02.403.659/0001-14, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Araguaína, no Estado de Tocantins, a fim de apurar a transferência de seu controle sem prévia anuência da Anatel, ocorrida em razão da 4ª Alteração de seu Contrato Social, conforme descrito no Ato de Instituição nº 01/CMLCE/CMLC/SCM, de 23 de janeiro de 2009, em sua Reunião nº 571, realizada em 15 de julho de 2010, nos termos da Análise nº 463/2010-GCJR, de 1º de julho de 2010, decidiu:

a) substituir a aplicação da sanção de cassação da concessão pela de multa; e

b) aplicar à OTENZI COMUNICAÇÕES LTDA. a sanção de multa no valor de R\$ 6.423,40 (seis mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos), correspondente a 2,85% (dois vírgula oitenta e cinco por cento) do preço pelo direito de exploração do Serviço de TV a Cabo na Área de Araguaína, no Estado do Tocantins, atualizado pelo IGP-DI (Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, desde a data da assinatura do Contrato de Concessão até a presente data.

27 OUT 2010
P

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	29/10/10
Página: 129	Seção: 1
ANOTADO POR: Rocio	



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 971 , DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.059524/2009, Concorrência nº 007/2009-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à TOTAL – COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itagibá, Estado da Bahia.

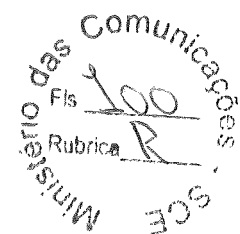
Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR RIVALDI LEITE

**PORTARIA Nº 971, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.059524/2009, Concorrência nº 007/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itagibá, Estado da Bahia. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 972, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.059729/2009, Concorrência nº 020/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Setúbinha, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 978, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Excluir da Consulta Pública constante da Portaria MC nº 546, de 4 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2008, o seguinte canal do Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão:

UF	LOCALIDADE	CANAL
RN	NATAL	50

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 979, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.019872/2010, resolve:

Consignar, nos termos do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à CÂMARA DOS DEPUTADOS, consignatária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 27 (vinte e sete), em Brasília, Distrito Federal, o canal 50 (cinquenta) objetivando a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 980, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.0019874/2010, resolve:

Consignar, nos termos do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à CÂMARA DOS DEPUTADOS, consignatária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 27 (vinte e sete), em Brasília, Distrito Federal, o canal 52 (cinquenta e dois decalado para menos), objetivando a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba, utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR****DESPACHO DO PRESIDENTE**

Em 21 de outubro de 2010

Nº 9.782/2010-CD - PADO nº 53500.006559/2007 -

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES/P, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Ser-

viço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Setor 3 do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por intermédio do Despacho nº 5.317/2010-CD, de 30 de junho de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, instaurado para averiguar irregularidades nas tarifas cobradas dos usuários de LDN do Plano Alternativo 59, decidiu, em sua Reunião nº 581, realizada em 30 de setembro de 2010, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 493/2010-GCAB, de 24 de setembro de 2010.

RONALDO MOTA SARDENBERG

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO DE MASSA****ATO Nº 7.018, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010**

Processo Nº 53500.007727/10. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE LUVICO REDIN - RADCOM - Serião/RS - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.019, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010

Processo Nº 53500.026435/09. ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA JARDIM TEREZÓPOLIS - RADCOM - Guarulhos/SP - Canal 198. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.023, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010

Processo Nº 53500.023269/10. GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. - TV - São Paulo/SP - Canal 5. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 7.047, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010

Processo Nº 53500.026199/10. TELEVISÃO TUIUTI S.A. - RTV - São Lourenço do Sul (Vila Boqueirão)/RS - Canal 22-. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.893, DE 30 DE JULHO DE 2010

Processo Nº 29102.001280/1989. RBS-EMPRESA DE TVA LTDA - na localidade de Porto Alegre/RS. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.410, DE 23 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29100.000995/1988. PAULISTA METRO-TVA LTDA - na localidade de São Paulo/SP. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.467, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29107.000574/1989. TELEVISÃO SALVADOR LTDA - na localidade de Salvador/BA. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.468, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29101.000245/1990. RIO METRO TVA LTDA - na localidade de Rio de Janeiro/RJ. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.469, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29104.000136/1990. RÁDIO ITALIALA LTDA - na localidade de Belo Horizonte/MG. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.476, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29105.000135/1990. TVA BRASIL RADIOEN-LACES LTDA - na localidade de Curitiba/PR. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.503, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29105.000137/1990. TV DELTA DE CURITIBA LTDA - na localidade de Curitiba/PR. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.504, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29101.000356/1990. ABRIL COMUNICAÇÕES S/A - na localidade de Rio de Janeiro/RJ. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.509, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29104.000135/1990. CENTRAL TVA - TELEVISÃO POR ASSINATURA E RÁDIOFUSÃO LTDA - na localidade de Belo Horizonte/MG. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.532, DE 31 DE AGOSTO DE 2010

Processo Nº 29100.000359/1989. ABRIL COMUNICAÇÕES S/A - na localidade de São Paulo/SP. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 5.533, DE 31 DE AGOSTO DE 2010

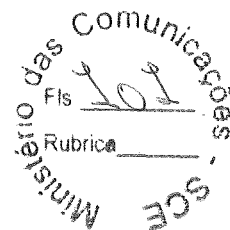
Processo Nº 29100.001024/1989. TELEVISÃO SHOW TIME LTDA - na localidade de São Paulo/SP. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 6.344, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

Processo Nº 29102.001207/1989. TVA BRASIL RADIOEN-LACES LTDA - na localidade de Porto Alegre/RS. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatória deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º 53000.059524/09

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 971, de 26 de outubro de 2010, no Diário Oficial da União de 29 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 29 de outubro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 73 /2010/GM-MC

Brasília, 9 de novembro de 2010.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

✓ MC 00808 2010
- 53000.038206/2003 - 20 c/ 01 volume

MC 00810 2010
- 53000.025410/2010 - 18 c/ 01 vol.

MC 00811 2010
- 53000.059524/2009 - 10 c/ 01 vol.

MC 00812 2010
- 53000.059729/2009 - 03 c/ 01 vol.

MC 00813 2010
- 53000.004251/2010 - 18 c/ 01 vol.

MC 00814 2010
- 53670.002102/2002 - 11 c/ 01 vol.

MC 00815 2010
- 53000.026481/2007 - 24 c/ 01 vol.

MC 00816 2010
- 53000.011320/2005 - 74 c/ 01 vol.

MC 00817 2010

- 53000.069007/2006 - 14 c/01 VOL.

MC 00818 2010

- 53000.007116/2003 - 97 c/01 VOL.

MC 00819 2010

- 53000.063693/2009 - 54 c/01 VOL.

Atenciosamente,



PEDRO LEITE RIBEIRO NETO

Coordenador-Geral Substituto

Ministério das Comunicações
Fls. 104
Rubrica

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS
COORDENAÇÃO DE OUTORGA E CONSIGNAÇÃO DE CANAIS
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 300 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF
Fone: (61) 3311-6358 – Fax: (61) 3311-6560


DESPACHO Nº 612/2011/COCAN/CGLO/DEOC/SCE

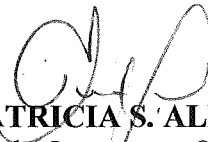
Ref. Processo nº : 53000.059524/2009
Concorrência nº: 007/2009-CEL/MC
Serviço : Frequência Modulada
Interessada : Total – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda
Assunto : Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação
Em anexo : Minuta de Exposição de Motivos

Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 1 do processo em referência, do Município de Itagibá, Estado da Bahia, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 02 de março de 2011.


ALCIONETE DA S. LUZ
Agente Administrativo


ANA PATRÍCIA S. ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

Conferido.

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 21/3/2011


VANEA RABELO
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas
Substituta

De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 03/03/2011


DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Nesta data anexo aos autos do processo de
nº 53000059524/09 a documentação
a seguir constituída de 05 folhas
que assim numerai: 105 / 1 / 109

Data: 18 / 03 / 011

Nome: Vagner

Assinatura: [assinatura]

COMUNICAÇÕES
Fls. 105
Rubrica:
BOA TARDE
CEL. 130

Ministério das Comunicações

Destques do Governo

Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
206	TOTAL - COMUNICACAO, PUBLICIDADE E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	BA	Itagibá	FM	C		

Usuário: anatel\mariamonica - MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA Data: 10/03/2011 Hora: 15:39:30

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

das Comunicações
Rb. 10/0
CEL



Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

BOA TARDE

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: IRENE OLIVEIRA SANTANA

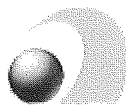
Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

Comunicações
Fl. 107
Rubrica:
CEL 730



Ministério das Comunicações

Destques do Governo



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

BOA TARDE

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: MARCUS FONSECA PELETEIRO

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

des. comunicações
Pa. 108
Rótulo:
CEL. 730

Ministério das Comunicações Destques do Governo



Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

BOA TARDE

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: CARLOS HENRIQUE MORAIS MARTINS

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CONCORRÊNCIA : 007/2009-CEL/MC
PROCESSO ESPECÍFICO : 53000.059524/2009 (Cópia nº 01)

DESPACHO MC/CEL/PRES/N.º 077 /2011

A cópia nº 01 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 007/2009-CEL/MC, na qual a empresa TOTAL – COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Itagibá, Estado da Bahia, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

Tendo em vista que as pesquisas realizadas no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão e do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, extratos às fls. 105/108, informam que a entidade em comento, bem como os participantes de seu quadro societário, não extrapolaram os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67 e que não há fato novo que obste o prosseguimento do feito, encaminhamos cópia dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 17 de março de 2011.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



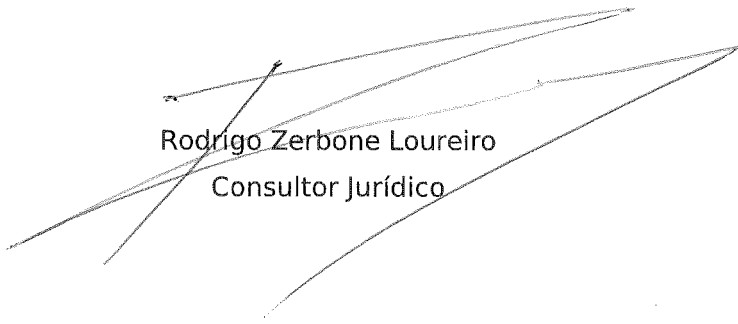
COTA nº 046/2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53000.059524/2009 (cópia 1)
Interessado: Total – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos NOTA/AGU/CONJUR-MC/JCB/Nº 1927-2.17/2010 desta Consultoria Jurídica às fls. 94 e 95, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 31 de março de 2011.


Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico

2

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 18 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor
LUÍS ALBERTO DOS SANTOS
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais
Palácio do Planalto, 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00220 2011
- 53000.014655/2010

MC 00221 2011
- 53000.015303/2010

MC 00222 2011
- 53710.000239/2002


MC 00223 2011
- 53830.000056/1999

MC 00224 2011
- 53710.001698/1998

MC 00225 2011
- 53000.008424/2002

MC 00226 2011
- 53710.000240/2002

MC 00227 2011
- 53000.000117/2002



MC 00228 2011
- 53000.059524/2009

MC 00229 2011
- 53000.023478/2007

MC 00230 2011
- 53000.008528/2010

MC 00231 2011
- 53000.005957/2010

MC 00232 2011
- 53000.023298/2008

MC 00233 2011
- 53000.007120/2002 - vol. I e II

MC 00234 2011
- 53000.060199/2009

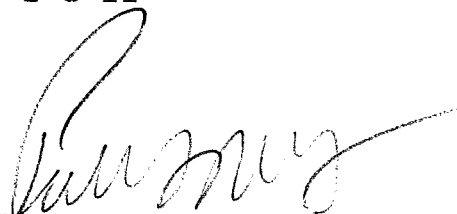
MC 00235 2011
- 53000.085647/2006

MC 00236 2011
- 53000.023187/2008 - vol. I e II

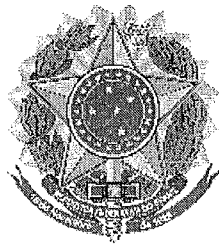
MC 00237 2011
- 53000.045079/2007

MC 00238 2011
- 53000.008890/2006 - vol. I e II

Atenciosamente,



PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 007/2009 - CEL/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

Brasília (DF), _____ de _____ de 2009.

ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 007/2009 – CEL/MC

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM), na localidade de Itagiba - BA, cujo Preço Mínimo da Outorga é de R\$ 36.196,40 (trinta e seis mil cento e noventa e seis reais e quarenta centavos).

A entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas ocorrerá no dia _____ de _____ de _____, às 9:00 horas, no Ministério das Comunicações, situado na Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – no Auditório Lourenço Chehab - Subsolo, Edifício Sede do Ministério das Comunicações - Brasília – Distrito Federal.

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade de Itagiba - BA, pelo prazo de 10 (dez) anos, com as seguintes características: Freqüência/Canal: 206 (duzentos e seis); Classe: C; Grupo de Enquadramento: A.

2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação
LICITAÇÃO N.º ____/____ - CEL
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja
Edifício Sede do Ministério das Comunicações
70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.

2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.

2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.

2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.

2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.

3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.

4.2.1 Que não tenha sido recadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o cadastramento.

4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.

4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.

4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.

4.2.7. Cujas falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.

4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.

4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.

4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência *causa mortis*.

4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.

5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.

5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.

5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.

5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.

5.1.5.2 A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

- a) em caso de omissão em sua apresentação;
- b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;
- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;

e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;

f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.

5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.

5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.

5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.

5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:

a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.

b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:

a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:

b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

Se $PC + ELP = 0$, será considerado o fator 1 como divisor

5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitem 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.

5.4.2 Caso os documentos mencionados nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:

6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.

6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).

6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea “h” do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).

6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) de documento de identidade;

b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;

c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.

8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> <u>Conjunto 1</u> – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica; Qualificação Econômico-Financeira; Regularidade Fiscal.

CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> <u>Conjunto 2:</u> Proposta Técnica.

CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente. <i>(indicar a Razão Social)</i>

<u>Conteúdo:</u>
Conjunto 3: Proposta de Preço pela Outorga.

8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada sequencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.

9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.

9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.

9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.

10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.

10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.

10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.

10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à

publicação dos conceitos “**HABILITADA**” e “**NÃO HABILITADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).

11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subsequentes da licitação.

11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.

11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.

11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.

11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.

12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.

12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.

12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.

12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos “**CLASSIFICADA**” e “**NÃO CLASSIFICADA**”, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:

13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65,0 \times [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

$$\%T1 = T1 \times 100 / 1440$$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \times [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

$$\%T2 = T2 \times 100 / 1440$$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

$$\%T3 = T3 \times 100 / 1440$$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \times [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \leq T4 \leq 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:

T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4) \text{ pontos.}$$

13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4º do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.

13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.

13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.

14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.

14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.

14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.

14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.

14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento A})$$

$$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento B})$$

$$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento C})$$

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

Ledenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.

15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias documento de Assentimento Prévio emitido pelo órgão competente.

15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.

16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de

Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.

16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.

16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.

16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.

16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.

16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.

16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêm os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.

17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:

a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.

17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.

17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.

17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)

18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação da Licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.

18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da Proponente interessada;

b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) pedido e sua fundamentação.

18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.

18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.

18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas “a” e “b”, terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:

- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;
- e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

f) provocarem incidentes manifestamente infundados;

g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.

18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.

19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.

19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).

19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.

19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

20 ANEXOS

20.1 ANEXO I – Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.

20.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.

20.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.

20.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão.

20.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF), _____ de _____ de 2009.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO
Titular

MARCUS FERREIRA DA SILVA
Titular

ANEXO I

Modelo de Declaração

Ref.: Concorrência ____/____-CEL/MC

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO II

Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

_____, _____
(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º _____/_____

Localidade: _____ UF: _____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ: _____ Data: ____/____/____.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) $T1 \times 100 / 1440$

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) $T2 \times 100 / 1440$

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) $T3 \times 100 / 1440$

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)

8. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-CEL/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____

algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____

algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____

algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO V

Minuta de Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO
E A _____ PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO _____, NA CIDADE D
_____ ESTADO D _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Termo de Adesão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pela Portaria n.º _____, de ____ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial da União do dia _____, aprovada pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, para explorar o serviço de _____, na cidade de _____, Estado de _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado de _____, o serviço de radiodifusão _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.

Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edital de Concorrência nº ____/_- CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, apresentadas na Licitação, pela permissionária, documentos esses que acompanham o presente Contrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.

Cláusula Segunda - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula Terceira - O preço ofertado pela permissionária pela outorga objeto do presente Contrato foi de R\$ _____ (_____), em duas parcelas de igual valor, corrigidas nos termos do Edital, da seguinte forma:

a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ _____ (_____) foi pago concomitantemente à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

b) A segunda parcela no valor de R\$ _____ (_____) deverá ser paga em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Oficial da União.

Cláusula Quarta - A permissionária é obrigada a executar o serviço segundo as condições técnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de _____, bem como a:

- a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO III do Edital de Concorrência;
- b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.
- e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;
- f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;

s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea "e" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; **(Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV));**

g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A permissionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO III do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela permissionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.

ANEXO VI

Modelo de Procuração

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/____-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Contrato.

Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____ / ____ - CEL/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas, sendo os 3 (três) - ANEXOS, compostos de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Permissionária

Testemunhas:
